



Co-financiado pela União Europeia
O Mecanismo Interligar a Europa

CORREDOR INTERNACIONAL SUL

LINHA DE ÉVORA

LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE ÉVORA E ÉVORA NORTE – VARIANTE DE ÉVORA



PROJETO DE EXECUÇÃO

VOLUME 17 – RECAPE - RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO

TOMO 17.8 – ESTUDO DE IMPACTE PATRIMONIAL – CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

Controlo de Assinaturas

Realizado	Revisto	Aprovado Diretor Projeto
Otília Baptista Freire Susana Dias Pereira	Otília Baptista Freire	Pedro Lobato
2019-09-27	2019-09-27	2019-09-27
Data e Assinatura	Data e Assinatura	Data e Assinatura
Não necessita de assinatura se aprovado eletronicamente		

Informação do Documento	
Código Documento	10003702580
Referência	F-LE039-EVO.EVN.T5.PE.CA.AB.EIP.00
Revisão	0
Data	2019-09-27
Nome do ficheiro	F-LE039-EVO.EVN.T5.PE.CA.AB.EIP.00.doc

Registo de alterações

Rev	Data	Autor	Secção afetada	Alterações
00	Setembro 2019	Vários	Edição inicial	-----

CORREDOR INTERNACIONAL SUL
LINHA DE ÉVORA
LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE ÉVORA E ÉVORA NORTE – VARIANTE DE ÉVORA
ÍNDICE GERAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO

VOLUME 0 – APRESENTAÇÃO GERAL

VOLUME 2 – GEOLOGIA E GEOTECNIA

Tomo 2.1 – Memória Descritiva

Tomo 2.2 – Anexos

Tomo 2.3 – Peças Desenhadas

VOLUME 3 – VIA FÉRREA

Tomo 3.1 – Peças Escritas

Tomo 3.2 – Peças Desenhadas

VOLUME 4 – HIDROLOGIA – Estudo Hidrológico

VOLUME 5 – TERRAPLENAGENS, DRENAGEM E VEDAÇÕES

Tomo 5.1 – Terraplenagens e Drenagem

Tomo 5.2 – Vedações

VOLUME 6 – OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – Pontes e Viadutos

Tomo 6.1 – Ponte sobre o Rio Xarrama

Tomo 6.2 – Ponte sobre o Rio Degebe

Tomo 6.3 – Ponte sobre a Ribeira Vale Figueiras

VOLUME 8 – OBRAS DE ARTE CORRENTE

Tomo 8.1.1 – Passagens Superiores – PS 119-1

Tomo 8.1.2 – Passagens Superiores – PS 120-1

Tomo 8.1.3 – Passagens Superiores – PS 120-2

Tomo 8.1.4 – Passagens Superiores – PS 122-1

Tomo 8.1.5 – Passagens Superiores – PS 125-1

Tomo 8.2.1 – Passagens Inferiores – PI 121-1

Tomo 8.2.2 – Passagens Inferiores – PA 121-2

Tomo 8.3.1 – Passagens Inferiores – PA/PH 122-1

VOLUME 9 – RESTABELECIMENTOS E CAMINHOS PARALELOS

Tomo 9.1.1 – Restabelecimentos das Passagens Superiores – Rest. 119-1

Tomo 9.1.2 – Restabelecimentos das Passagens Superiores – Rest. 120-1

Tomo 9.1.3 – Restabelecimentos das Passagens Superiores – Rest. 120-2

Tomo 9.1.4 – Restabelecimentos das Passagens Superiores – Rest. 122-1

Tomo 9.1.5 – Restabelecimentos das Passagens Superiores – Rest. 125-1

Tomo 9.2.1 – Restabelecimentos das Passagens Inferiores – Rest. 121-1

Tomo 9.2.2 – Restabelecimentos das Passagens Inferiores – Rest. 121-2

Tomo 9.3 – Caminhos Paralelos

Tomo 9.4 – Caminho de Serviço

VOLUME 11 – INSTALAÇÕES FIXAS DE TRAÇÃO ELÉTRICA

Tomo 11.1 – Catenária

VOLUME 13 – INFRAESTRUTURAS DE BASE À SINALIZAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Tomo 13.2 – Sites GSM-R

VOLUME 14 – SERVIÇOS AFETADOS

Tomo 14.1 – Identificação dos Serviços Afetados

Tomo 14.2.1 – Projetos de Reposição dos Serviços Afetados – Adutoras e Águas Residuais

VOLUME 15 – EXPROPRIAÇÕES

Tomo 15.1 – Levantamento Cadastral

Tomo 15.2 – Projeto de Execução Expropriações

VOLUME 17 – R.E.C.A.P.E.

Tomo 17.1 – Resumo Não Técnico

Tomo 17.2 – Relatório Base

Tomo 17.3 – Anexos Técnicos

Tomo 17.4 – Peças Desenhadas

Tomo 17.5 – Programa Geral de Monitorização

Tomo 17.6 – Projeto de Integração Paisagística

Tomo 17.7 – Projeto de Proteção Sonora

Tomo 17.8 – Estudo de Impacte Patrimonial – Centro Histórico de Évora

Tomo 17.9 – Plano de Gestão Ambiental

Tomo 17.10 – Plano de Prevenção e de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

VOLUME 18 – FASEAMENTO CONSTRUTIVO

CORREDOR INTERNACIONAL SUL
LINHA DE ÉVORA
LIGAÇÃO FERROVIÁRIA ENTRE ÉVORA E ÉVORA NORTE – VARIANTE DE ÉVORA
PROJETO DE EXECUÇÃO
VOLUME 17 – RECAPE – RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE
EXECUÇÃO
TOMO 17.9 – ESTUDO DE IMPACTE PATRIMONIAL – CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

ÍNDICE

RESUMO NÃO TÉCNICO.....	4
1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Considerações Gerais.....	6
1.2 Identificação do Proponente e Entidade Licenciadora	7
1.3 Autoridade de AIA	7
1.4 Identificação dos responsáveis pela elaboração do estudo	7
2 METODOLOGIA	8
3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA.....	10
3.1 Caracterização do território.....	10
3.2 Caracterização do Bem Patrimonial da UNESCO – Centro Histórico de Évora	12
3.2.1 Enquadramento e Caracterização do Bem	12
3.2.2 Classificação como Património Mundial da UNESCO	13
3.2.3 Principais atributos/elementos patrimoniais de distinção e Valor Universal Excecional (VUE).....	17
4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROJETO.....	35
4.1 Objetivos e justificação do projeto.....	35
4.2 Descrição Geral do Traçado e do território atravessado.....	35
5 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DO PROJETO NO CAMPO VISUAL DO CONJUNTO CLASSIFICADO – CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA.....	38
5.1 Relação do projeto face ao património classificado	40
5.1.1 Identificação das extensões ou trechos do projeto que se destacam no campo visual do património classificado - Estudo das visibilidades.....	43
6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO IMPACTE VISUAL DO PROJETO EM ESTUDO	66
7 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	68
8 PLANO DE MONITORIZAÇÃO.....	70
8.1 Introdução e Objetivos.....	70
8.2 Indicadores e Ações do Plano	71

8.2.1	Parâmetros a monitorizar	71
8.2.2	Locais de amostragem	71
8.2.3	Frequência das amostragens	72
8.2.4	Materiais necessários	72
8.2.5	Registo de Dados e análise - Relatório	73
9	BIBLIOGRAFIA	75
9.1	Geral	75
9.2	Documentos legislativos	78

ANEXO Ficha de Inventário

RESUMO NÃO TÉCNICO

A infraestrutura ferroviária em estudo, com desenvolvimento entre o km 117+700 da linha de Évora e o projeto da Nova Ligação Ferroviária entre Évora Norte e Elvas / Caia, ao pk 126+000 da atual linha de Évora, insere-se no Corredor Internacional Sul (CIS), que constitui um dos investimentos prioritários definidos na política nacional de mobilidade e transportes (Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 - PETI3+, para o horizonte 2014-2020), e um dos trechos fundamentais da ligação ferroviária Sines/Setúbal/Lisboa/Évora/Elvas/Caia, assumindo-se como um projeto de importância local, regional e transfronteiriça.

A também denominada Variante de Évora será implantada ao largo da povoação homónima, interferindo com a bacia visual desta cidade alvo de classificação como Património Mundial da UNESCO, tendo por esse motivo sido requerido em sede de AIA (Processo de AIA n.º 2999 – DIA emitida em 30/08/2018) uma reavaliação, face ao desenvolvimento específico do Projeto de Execução, dos impactes sobre o Centro Histórico de Évora, atendendo ao seu Valor Universal Excecional, demonstrando que foram adotadas as melhores soluções para acautelar os impactes identificados, apresentando, se pertinente, medidas de minimização, nomeadamente no projeto de integração paisagística (PIP). Foi solicitado também a inclusão de um programa de monitorização relativamente aos pontos com maior relevância patrimonial e turística, prevendo-se também a possibilidade de adoção de medidas corretivas adicionais na fase de exploração.

De forma a atingir o objetivo, no presente **Estudo de Impacte Patrimonial do Centro Histórico de Évora** foi definida uma metodologia, que contempla a caracterização do bem patrimonial, bem como a descrição geral da paisagem e do projeto, cruzando informação obtida através de bibliografia, cartografia e visitas de campo.

Assim, é possível identificar as extensões da linha ferroviária que se evidenciam no campo visual apreendido do Centro Histórico de Évora, a partir de pontos de observação selecionados criteriosamente, e avaliar a significância do impacto/interferência do projeto, no contexto cénico e de integridade visual, concluindo que numa perspetiva global, o projeto da linha Ferroviária não induz alterações expressivas no campo visual do Bem Patrimonial e respetiva Zona de Proteção que se possam traduzir numa desvalorização assinalável deste Bem ou a sua desclassificação.

Da análise das bacias visuais desenvolvidas para pontos de observação estratégicos, associados a elementos notáveis do tecido edificado, verificou-se que o traçado da linha Ferroviária apenas poderá ser apreendido em pequenas extensões, sem grande nitidez e clareza, a uma distância superior a 2000 metros, que se comprovou na visita de campo ser suficiente para a futura infraestrutura não se evidenciar da paisagem envolvente, induzindo assim impactes visuais reduzidos a muito reduzidos.

Considera-se, portanto, que o **significado do impacto visual é neutro a ligeiro, sem alteração relevante da integridade visual e contexto cénico.**

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

O presente **Estudo de Impacte Patrimonial do Centro Histórico de Évora** constitui a reavaliação dos impactes visuais do traçado fixado em projeto de execução sobre o Centro Histórico da cidade de Évora, atendendo ao seu valor universal excecional (VUE) determinado pela UNESCO, e de modo a dar resposta ao solicitado no ponto 10 dos Elementos a Apresentar em RECAPE da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do **Projeto da Ligação Ferroviária entre Évora e Évora Norte – Variante de Évora**, processo de AIA n.º 2999. Cumprindo as restantes solicitações, será ainda demonstrado que foram adotadas as melhores soluções para acautelar os impactes identificados, distinguindo situações específicas a intervir no âmbito do projeto de integração paisagística (PIP). Será ainda proposto um programa de monitorização, com duração mínima de cinco anos, relativamente aos pontos com maior relevância patrimonial ou turística, de modo a prever, se necessário, a adoção de medidas corretivas adicionais na fase de exploração.

A infraestrutura ferroviária em estudo, permitindo estabelecer a ligação entre a Rede Ferroviária Convencional (linha de Évora já modernizada entre Bombel e Évora) com a Nova Ligação Ferroviária entre Évora Norte e Elvas/Caia (com projeto em fase de projeto de execução em avaliação ambiental), constitui um dos investimentos prioritários definidos na política nacional de mobilidade e transportes (Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 - PETI3+, para o horizonte 2014-2020), assumindo-se como um dos trechos fundamentais da ligação ferroviária Sines/Setúbal/Lisboa/Évora/Elvas/Caia, projeto de importância local, regional e transfronteiriça.

Os investimentos previstos para o Corredor Internacional Sul (Sines/Setúbal/Lisboa – Caia) irão melhorar as condições operacionais neste corredor, aumentando a atratividade dos serviços ferroviários de transporte de mercadorias e passageiros. Os principais objetivos deste corredor ferroviário em território nacional (para o qual contribui o troço em estudo) são a redução da distância em 140 km, a redução do tempo de percurso em cerca de 3h00, a viabilização de circulação com tração elétrica em todo o percurso, o aumento da capacidade de carga rebocada, a dotação de condições de interoperabilidade ferroviária a nível nacional, ibérico e europeu, a melhoria da fiabilidade e disponibilidade da infraestrutura e, por fim, a redução da sinistralidade nas passagens de nível (PN).

Inicialmente, o projeto pretendia apenas modernizar e reativar a atual linha de Évora, sem circulação ferroviária desde 2009, mas a grande contestação por parte da Câmara Municipal de

Évora e da população local levou a IP a estudar e comparar 3 soluções de traçado alternativas à linha existente, em fase de estudo prévio, tendo sido selecionada, pelos menores impactes que origina, a Solução 2.

O traçado desta solução desenvolve-se ao largo da cidade de Évora, a nascente do aglomerado populacional, entre os km 117+700 e 126+000 da atual linha férrea, numa extensão de cerca de 10km.

1.2 Identificação do Proponente e Entidade Licenciadora

O Proponente e entidade licenciadora do projeto é a empresa **IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.** (à frente designado por IP).

1.3 Autoridade de AIA

A Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), uma vez que, nos termos do n.º 1 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com alterações pelos Decretos-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e 179/2015, de 27 de agosto, o projeto em causa se enquadra no nº 7, alínea a) do Anexo I deste diploma legal – “*Construção de vias para o tráfego ferroviário de longo curso (...)*”.

1.4 Identificação dos responsáveis pela elaboração do estudo

A equipa responsável pelo presente estudo e que integra igualmente a equipa do EIA do projeto em análise correspondente à que seguidamente se discrimina, coordenada pela ARQPAIS, Lda..

Quadro 1 - Equipa Técnica

Função desempenhada	Nome	Habilitações Literárias/ profissional	Outras Empresas/ Consultores
Coordenador Geral do fornecimento (CG)	Otilia Baptista Freire	Arq. ^a Paisagista	-
Paisagem	Otilia Baptista Freire Susana Dias Pereira	Arq. ^a Paisagistas	-
Património Arquitetónico e Arqueológico	João Albergaria	Arqueólogo	TERRALEVIS

2 METODOLOGIA

A paisagem assume-se como uma *“espécie de síntese e epifenómeno resultante de uma relação de tempos longos entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do homem organizado em sociedades portadoras de uma historicidade, de uma cultura, de uma evolução tecnológica (...) [denotando, portanto, que] mais do que uma morfologia, ou de uma tipificação de morfologias, as paisagens geográficas (...) [contêm] uma espessura antropológica, uma memória reveladora de diversas sedimentações ou marcas deixadas por sucessivas transformações”* (Domingues, 2001, p. 56).

Os impactes resultantes da implantação de uma estrutura como a linha ferroviária em estudo, alheia ao contexto paisagístico de uma determinada região, no que se refere à paisagem, verificam-se essencialmente a dois níveis: um físico, relativo à afetação espacial efetiva da paisagem, da sua estrutura e funcionalidade, em termos gerais dependentes da sua própria capacidade para integrar o projeto, da sua sensibilidade; e outro de carácter mais abstrato, orientado pelo observador em si, intérprete da paisagem que percebe as suas características com base na sua própria conceção do espaço, apreendendo a perturbação de uma área de forma individualizada.

A crescente evolução e exigência humana assume-se como uma constante ameaça ao património natural e cultural, verificando-se cada vez mais a presença de projetos ou ações que, embora não interfiram diretamente com os Bens, têm potencialidade para afetar negativamente a aparência, o perfil, os enfiamentos visuais principais e outros atributos que contribuem para o Valor Universal Excecional (VUE) do Património.

Este entendimento dos impactes visuais sobre o património assume grande relevância no projeto em estudo, dada a sua proximidade a uma malha urbana (intramuros) de carácter singular e classificada como VUE, fruindo de uma posição cimeira de elevada amplitude visual no território.

Deste modo, embora tenha sido já elaborada uma avaliação de impacte ambiental, afigura-se necessária uma reavaliação em projeto de execução dos impactes determinados pela infraestrutura ferroviária, apreendidos a partir do conjunto patrimonial de carácter notável, o **Centro Histórico de Évora**, Bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, de modo a identificar um conjunto de medidas que permitam a minimização dos impactes que possam interferir com o seu VUE, bem como os locais onde será necessária a monitorização da Paisagem.

A metodologia utilizada baseia-se nas *Orientações para a Avaliação de Impactes em Bens Culturais Património Mundial*, elaborado pelo ICOMOS em janeiro de 2011, sendo o estudo desenvolvido ao longo das seguintes etapas, sucessivas e interdependentes:

- Análise da situação de referência - Caracterização do território atravessado pela infraestrutura em estudo, bem como do Bem Patrimonial, através da descrição do seu desenvolvimento histórico e do apuramento dos atributos e critérios estabelecidos pela UNESCO sobre o seu Valor Universal Excecional, que contribuem para a sua autenticidade e integridade;
- Descrição do projeto proposto e sua justificação, elencando as alterações referentes à fase de Estudo Prévio e as medidas adotadas para minimização dos impactos ambientais;
- Apreciação e avaliação do grau de afetação do Bem Património Mundial pela implantação do projeto - avaliação elaborada através de uma abordagem global, tendo em conta os atributos que conferem ao sítio um Valor Universal Excecional, e não uma avaliação por ocorrência patrimonial;
- Proposta de medidas de minimização a aplicar face ao nível de impacto previsível pela implementação do projeto em causa e em função da avaliação atribuída;
- Proposta de Plano de Monitorização para os pontos com maior relevância patrimonial ou turística, avaliando a necessidade de adoção de medidas corretivas adicionais na fase de exploração.

A informação apresentada baseia-se num conjunto de ações, nomeadamente:

- Recolha de dados e informação (*in situ*, através de trabalho de campo, sistematização da informação recolhida de entidades externas e consulta bibliográfica);
- Análise de bases cartográficas e ortofotomapas, com identificação dos potenciais pontos de visibilidade para o projeto;
- Análise das bacias visuais, analisando a relação visual com o projeto e a magnitude da intrusão visual gerada por este.

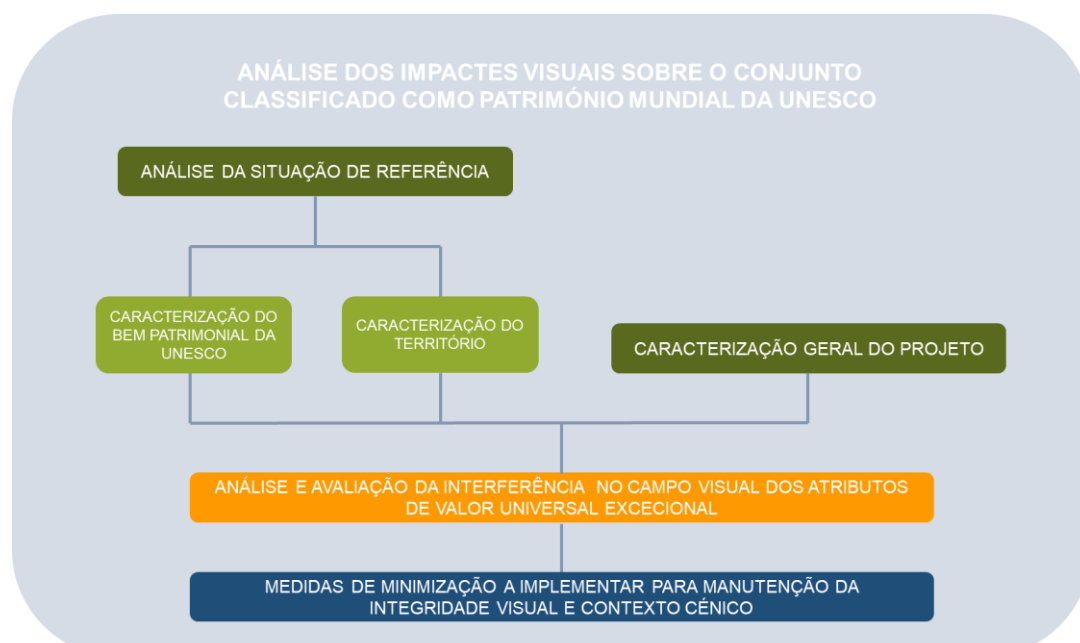


Figura 1 - Metodologia utilizada

3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

3.1 Caracterização do território

Com base na análise e caracterização da situação de referência desenvolvida no EIA, analisa-se o território atravessado pela alternativa selecionada para o Projeto de Execução, a Solução 2, que se evidenciou como a solução mais favorável no que se refere às várias condicionantes. Esta análise incidirá sobretudo sobre os fatores que mais poderão contribuir para o campo visual e o contexto cénico apreendido do conjunto cultural de Valor Universal Excecional (VUE), evidenciando-se neste contexto a morfologia do terreno, pela sua influência na amplitude visual, e a ocupação do solo, pela sua influência no alcance visual dos observadores e na qualidade cénica do território.

A paisagem atravessada pelo traçado da nova linha ferroviária é caracterizada por um relevo muito suave, levemente dissecado pela rede hidrográfica, função da predominância de um substrato granítico, materializando neste local uma ampla peneplanície. As principais linhas de água, rios Degebe e Xarrama, promovem uma ligeira oscilação altimétrica numa amplitude que não excede os 100 metros, verificando-se uma intensificação do relevo apenas no vale e interflúvios do rio Degebe.

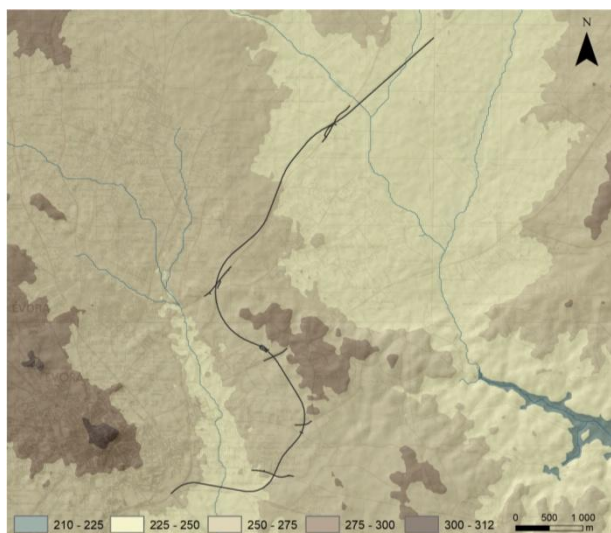


Figura 2 – Carta de Hipsometria com sobreposição do traçado selecionado em Projeto de Execução

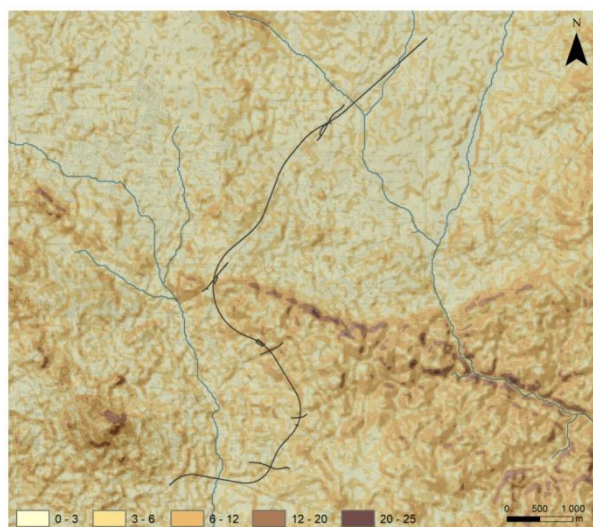


Figura 3 – Carta de Declives com sobreposição do traçado selecionado em Projeto de Execução

A fraca aptidão agrícola da maioria dos solos, associada às temperaturas elevadas e à reduzida disponibilidade hídrica, determinam, na generalidade, uma ocupação extensiva do território materializada por vastas planícies cerealíferas e por manchas de montado de sobro e azinho com aproveitamento silvo-pastoril. O mosaico diversifica-se na aproximação à cidade de Évora e na envolvente dos aglomerados satélite, acrescentando às habituais culturas arvenses de sequeiro, a vinha, o pomar, as hortas de subsistência e o olival.

A galeria ripícola assume um papel de destaque na paisagem em estudo, demarcando o traçado do rio Xarrama ao largo da cidade. Muitas vezes de porte arbustivo, esta formação é, na sua maioria, descontínua, apresentando no estrato arbóreo espécies que, pela coloração e variação sazonal, contrastam fortemente com as típicas searas alentejanas e com as florestas e montados de sobro e azinho. Também os alinhamentos arbóreos ao longo das vias de comunicação e caminhos contribuem para a estruturação e a diversidade da paisagem.

É uma paisagem fortemente marcada pela presença da cidade de Évora que, ao polarizar a população, manifesta na sua envolvente uma proliferação de bairros periféricos e pequenos montes, destacando-se, a nascente, os bairros de Santa Luzia, dos Cotovelos e de Santo António e, a norte, os aglomerados denominados Canaviais e Bacelo.

O traçado ao desenvolver-se ao largo da cidade de Évora, aglomerado que ocupa uma posição cimeira de elevada amplitude visual sobre o território, apresenta-se potencialmente muito exposto aos observadores aí presentes. Contudo, da análise da altimetria da cidade e do tecido urbano que a constitui, verifica-se que, na generalidade, as bacias visuais no interior da cidade de Évora se manifestam muito limitadas pela presença de diversas barreiras visuais - o casario de malha apertada, a muralha, os alinhamentos arbóreos ao longo dos arruamentos, considerando-se que não existe uma relação visual relevante da cidade com a sua envolvente, sendo escassos os pontos que fruem de visibilidade para a zona da planície onde se desenvolverá a futura linha férrea.

São sobretudo os observadores presentes nos bairros periféricos da cidade que serão afetados visualmente pela presença da futura linha, determinando que no troço inicial o traçado se desenvolva numa área marcada pela alternância entre áreas de moderada e reduzida **absorção visual**. No afastamento ao aglomerado urbano, no desenvolvimento do traçado para norte, a linha passa a desenvolver-se num território marcado pela menor presença humana e por ocupações com volume e densidade suficientes para se assumirem como obstáculo ao alcance visual, que se traduz na predominância de áreas de moderada absorção visual intercaladas por expressivas áreas de absorção elevada, em correspondência com os montados e olivais mais densos.

No que se refere à **qualidade visual**, verifica-se que o traçado se desenvolve sobretudo em áreas de moderada qualidade, promovidas pela ocupação dominante (culturas arvenses de sequeiro), caracterizada pela sua homogeneidade/monotonia e reduzida diversidade ecológica, mas respeito pelas estruturas naturais da paisagem. No troço inicial, a qualidade manifesta-se elevada pela presença de uma situação fisiográfica e geográfica específica que lhe acresce valor cénico: a vasta planície cerealífera de Évora, área aplanada coroada pelo morro de Évora, que constitui uma das imagens referência desta capital de distrito.

Rumando a norte, as características singulares desvanecem-se, predominando a moderada qualidade visual, função da maior movimentação do relevo, e, na proximidade de Évora, da presença de alguns bairros periféricos, descaracterizando esta área outrora exclusivamente agrícola. Evidenciam-se como áreas de valor cénico acrescido os montados de sobro e azinho, que adquirem maior expressão na área a norte de Évora.

Por fim, no que se refere à sensibilidade da Paisagem, verifica-se que esta se manifesta dominada pela moderada sensibilidade, embora seja intercalada por expressivas áreas de maior suscetibilidade. No troço inicial, o traçado, ao desenvolver-se ao largo da cidade numa área marcada pela maior presença humana e ocupações sem capacidade para dissimular elementos exógenos, interfere com uma extensa área de elevada sensibilidade, adotando, no entanto, em grande parte do troço uma posição limítrofe. Posteriormente, desenvolve-se predominantemente em áreas de moderada sensibilidade, interferindo com escassas áreas mais suscetíveis, associadas a florestas e montados de sobro.

3.2 Caracterização do Bem Patrimonial da UNESCO – Centro Histórico de Évora

3.2.1 Enquadramento e Caracterização do Bem

“Évora é a capital da província alentejana e uma das atrações turísticas do Sul. Apesar do crescimento acentuado da população, que levou à construção de novos bairros para o oeste, sul e leste, esta cidade museu manteve o seu encanto tradicional dentro da muralha tipo Vauban construída no século XVII, de acordo com os planos de Nicolas de Langres. A paisagem rural a norte permanece praticamente intocada.

A cidade de Évora, foi moldada por quase vinte séculos de história, remontando as civilizações celtas. Durante o domínio romano foi denominada Liberalitas Julia e entre outras ruínas, ainda conserva os do Templo de Diana. Durante o período visigótico, a cidade cristã ocupou a área cercada pela muralha romana, que foi na altura transformada. Sob o domínio Árabe, que terminou em 1165, novas melhorias foram feitas no sistema defensivo original, representadas na entrada fortificada e nas ruínas da antiga Kasbah.

Existem uma série de edifícios do período medieval, sendo o mais conhecido a Catedral, cuja construção se inicia em 1186 e é concluída nos séculos XIII e XIV. Mas é no século XV, quando os reis portugueses começaram a viver em Évora mais regularmente, que se inicia a sua época dourada. Naquela época, conventos e palácios reais despontam por todo o lado: o convento de Santa Clara, fundado em 1452, a Igreja real e convento de São Francisco, fundados em 1480, não muito longe do palácio real do mesmo nome, iniciado em 1470, o convento dos Loios e igreja de São João Evangelista, após 1485. Estes esplêndidos monumentos, edifícios construídos de raiz ou a partir de edificações já existentes, são caracterizados pelo estilo Manuelino que sobreviveu

sobretudo nas grandes criações do século XVI: Palácio dos Condes de Basto, construído sobre o local do Alcazar e da Igreja dos cavaleiros de Calatrava, os conventos do Carmo e da Graça, Santo Antão, Santa Helena do Monte Calvário, etc.

O século XVI foi dominado pelo planeamento urbano, representado pelo aqueduto Água da Prata, construído em 1537 por Francisco de Arruda, e as muitas fontes que ainda subsistem (sendo a da Praça do Geraldo a mais conhecida), marcando também o início de uma influência intelectual e religiosa. A Universidade do Espírito Santo, onde os jesuítas ensinavam desde 1553, desempenhou um papel no sul, comparável ao de Coimbra, no norte do Reino. Évora inicia um rápido declínio após a expulsão da Companhia de Jesus pelo ministro do reino, Marquês de Pombal, em 1759.

Évora é também interessante por outras razões que não a sua monumentalidade, herança relacionada com eventos significativos da história e ordens reais. Este interesse também vai além das casas senhoriais do século XVI (casas de Cordovil e Garcia de Resende). De facto, a singularidade da cidade surge da coerência da arquitetura menor dos séculos XVI, XVII e XVIII, que encontra a sua expressão global nas casas caiadas de branco, cobertas com telhados de telha ou terraços, que demarcam ruas estreitas de configuração medieval no centro da cidade velha e que noutras áreas testemunha o crescimento concêntrico da cidade até o século XVII.

Ferro forjado e decorações em azulejo, deslumbrantes em conventos e palácios e encantadores nos edifícios habitacionais, garantem a unidade fundamental de uma arquitetura perfeitamente adaptada ao clima local” (tradução do documento de candidatura à Lista do Património Mundial da Humanidade – ICOMOS,1986).

3.2.2 Classificação como Património Mundial da UNESCO

A descrição da cidade de Évora presente no capítulo anterior, com as devidas adaptações à língua Portuguesa, constitui parte do documento de candidatura à **Lista do Património Mundial da Humanidade** que incidiu sobre o seu sector intramuros, ou seja, sobre o centro histórico, que sobressai, não apenas pelos edifícios monumentais, mas pela unidade urbana presente, que resultou de uma evolução gradual da cidade desde a época romana até ao séc. XIX.

Na área contida pela muralha, o antigo foi-se sucessivamente interligando com o mais moderno num tecido urbano único em Portugal, onde estão patentes os testemunhos das várias épocas que esta atravessou. A morfologia urbana radial tem como pontos centrais o *Fórum* (templo romano e Sé) e as Praças do Giraldo e das Portas de Moura, o primeiro localizado no topo da colina e as praças já em situação de meia encosta, dominando a planura da paisagem envolvente; é estruturada por dois eixos principais (fixados durante o séc. XVI, mas de herança romana) que surgem no prolongamento de vias urbanas regionais, conferindo à urbe uma unidade e coerência ímpares. A sua posição, sensivelmente no ponto de confluência das bacias do Tejo, Sado e Guadiana, coloca a cidade de Évora num ponto estratégico do território envolvente e da própria

província do Alentejo, acumulando, como já se referiu, as funções de centro administrativo e de capital de concelho, distrito e de província.

O Centro Histórico de Évora foi integrado na Lista do Património Mundial da Humanidade em 1986 aquando da 10ª Sessão do Comité da UNESCO, que decorreu entre 24 e 28 de Novembro desse ano, em Paris. Nesta 10ª Sessão, além dos membros do Comité, compareceram representantes de 37 países aderentes da Convenção Mundial da UNESCO, bem como do ICCROM, do ICOMOS, do IUCN, do ICOM e da Organização da Educação, Cultura e Ciência Árabe (ALESCO).

A classificação do centro histórico de Évora como Património Mundial da Humanidade justificou-se, segundo o Comité da UNESCO, no âmbito dos critérios Cii e Civ, nomeadamente:

- ii - Testemunha uma troca considerável de influências durante um dado período de tempo ou num determinado contexto cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou do paisagismo (construção/formação da paisagem).

"Só a paisagem urbana de Évora permite compreender hoje em dia a influência exercida pela arquitetura portuguesa no Brasil e em sítios como Salvador da Bahia"
(<http://whc.unesco.org/en/list/361>)

- iv - Constitui um exemplo excecional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico, tecnológico, ou paisagístico que ilustra um ou mais períodos significativos da história da humanidade.

"Évora é o melhor exemplo de cidade da idade de ouro portuguesa após o terramoto de Lisboa de 1755" (<http://whc.unesco.org/en/list/361>)

Decorrente da sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, o Centro Histórico de Évora é também classificado como **Monumento Nacional** ao abrigo do art.º 15.º, n.º 7, da Lei n.º 107/2001, de 8-09-2001: «Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respetiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional».

Os vários bens imóveis que integram o Centro Histórico de Évora beneficiam de Zonas Especiais de Proteção (ZEP), nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, existindo também uma delimitação para a Zona de Proteção do Centro Histórico, decorrente da aplicação do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de acordo com o qual os bens imóveis classificados beneficiam «automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos (...)». Esta delimitação foi submetida à UNESCO em 2007, de acordo com a o mapa emitido pelo Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora (Figura 4).

A Zona Especial de Proteção (ZEP) “(...) assegura o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes, nomeadamente jardins ou parques de interesse histórico, que sejam relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado” (art.43º da Lei nº 309/2009, de 23 de outubro – *Procedimento de Classificação dos Bens Imóveis de Interesse Cultural e Regime Jurídico das Zonas de Proteção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda*).

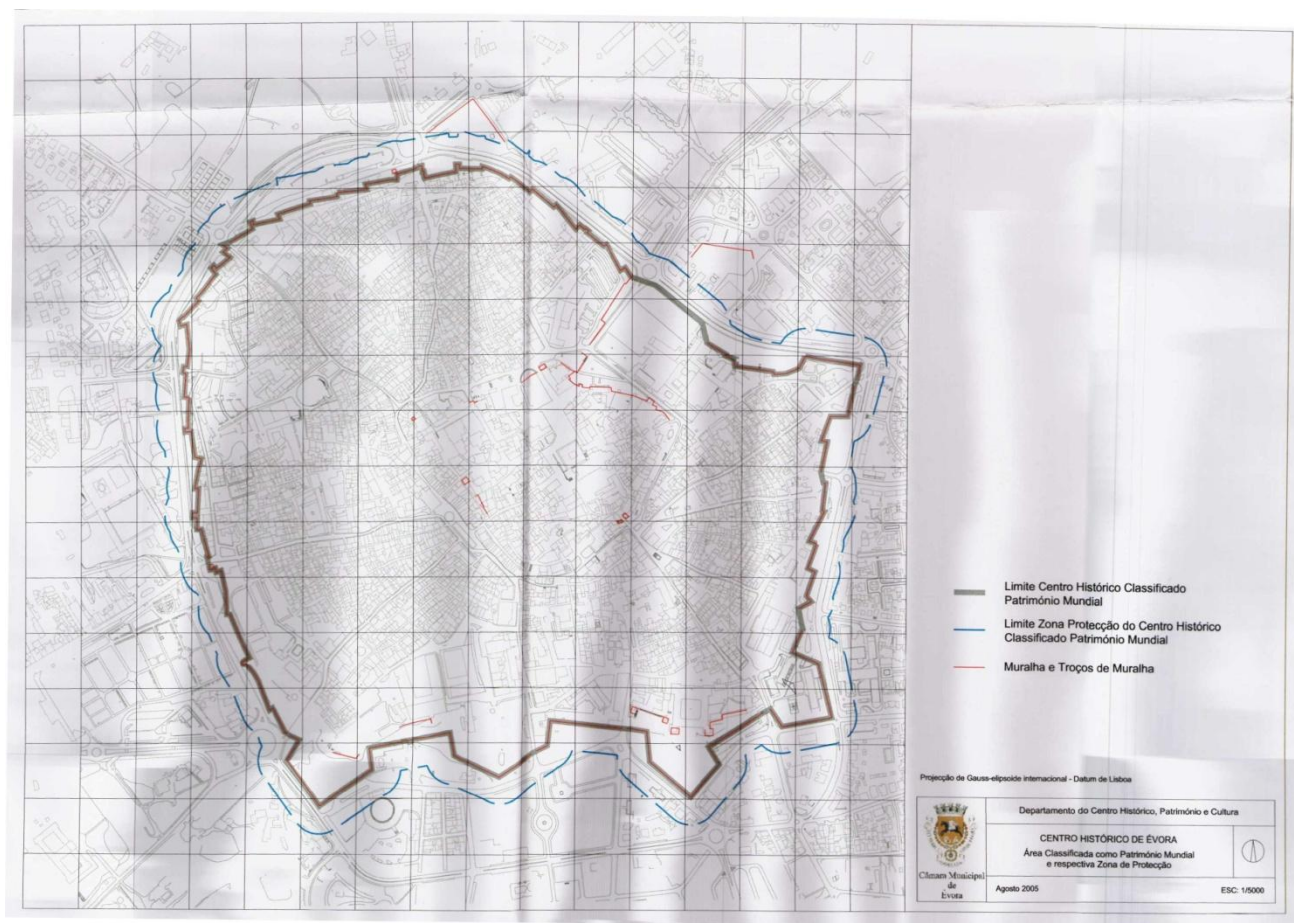


Figura 4 – Centro Histórico de Évora – Área Classificada como Património Mundial e respetiva Zona de Proteção
(Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/361>)

Em 2014, o Centro Histórico de Évora é classificado retrospectivamente como bem de Valor Universal Excecional - VUE (Decisão 38 COM 8E), confirmando a autenticidade e integridade do Bem.

De acordo com as declarações retrospectivas de Valor Universal Excecional submetidas, a **integridade** geral de Évora foi preservada no que se refere aos seus monumentos individuais, bem como ao conjunto edificado intramuros - paisagem urbana.

“Évora tem sido habitada desde o século 2 A.C. Durante a idade média, foi a residência real por longos períodos de tempo e ganhou prestígio no século XVI, quando foi elevado a uma cidade

eclesiástica. Não obstante as significativas mudanças urbanas ocorridas ao passar dos séculos, Évora ainda presta testemunho de diferentes estilos estéticos. Apesar do acentuado crescimento populacional que levou à construção de novos bairros a oeste, sul e leste, o centro histórico de Évora manteve as suas características dentro da muralha estilo Vauban construída no século XVII.” (UNESCO, 2014 - WHC-14/38.COM/8E).

No que se refere a **autenticidade**, verifica-se que esta é assegurada “*desde que as muralhas da cidade foram classificadas em 1920 e adotadas medidas de conservação de acordo com os princípios reconhecidos internacionalmente. Apesar das inevitáveis transformações do aglomerado urbano durante o século XX, a maioria dos edifícios manteve a sua autenticidade estrutural e a morfologia do miolo urbano foi preservada. A adaptação aos tempos modernos não prejudicou a autenticidade do ambiente urbano*” (UNESCO, 2014 - WHC-14/38.COM/8E).

No quadro seguinte apresenta-se a identificação do Bem:

Quadro 2 - Identificação do Centro Histórico de Évora - Património Mundial da UNESCO

PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO	
NOME DO BEM	Centro Histórico de Évora
NÚMERO DO BEM	361
DATA DE INSCRIÇÃO	1 de Junho de 1986
Área	100,35 ha
CATEGORIA	Património Cultural
CRITÉRIOS	C-II: ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens - "Só a paisagem urbana de Évora permite compreender hoje em dia a influência exercida pela arquitetura portuguesa no Brasil e em sítios como Salvador da Bahia" C-IV: representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana -). "Évora é o melhor exemplo de cidade da idade de ouro portuguesa após o terramoto de Lisboa de 1755"
LOCALIZAÇÃO	Évora - Alentejo
COORDENADAS	38.573 / -7.908 (latitude/longitude)
Elementos patrimoniais incluídos na candidatura a Património Mundial em 1986 (ver figura 6):	1 - Igreja de São Francisco, 2 - Pequeno Aqueduto de Água Canalizada, 3 - Igreja da Nossa Senhora da Graça, 4 – Regimento dos Dragões, 5 - Igreja de São Vicente, 6 - Palácio Real de D. Manuel, 7 - Igreja de Santo Antão, 8 - Chafariz da Praça do Giraldo, 9 - Aqueduto da Água da Prata, 10 – Igreja do Salvador do Mundo, 11 - Convento de Santa Helena do Monte Calvário, 12 – Igreja e Convento de Santa Clara, 13 – Catedral - Sé de Évora, 14 – Residência dos Cordovil, 15 - Chafariz das Portas de Moura, 16 - Colégio do Espírito Santo, 17 - Templo romano de Évora, 18 – Igreja e Convento dos Lóios 19 – Palácio da Inquisição, 20 – Palácio dos Duques de Cadaval, 21 - Palácio dos Condes de Basto, 22 – Torre Medieval da Muralha Primitiva, 23 – Torre Quadrangular Medieval, 24 – Capela de Nossa Senhora do Ó, 25 – Convento de Nossa Senhora do Carmo, 26 – Torre da Rampa dos Colegiais, 27 - Arco Romano de D. Isabel, 28 - Casa de Garcia de Resende, 29 – Torre das Portas de Moura, 30 – Fragmento de Muralha, 31- Igreja da Misericórdia de Évora e 32 - Igreja das Mercês

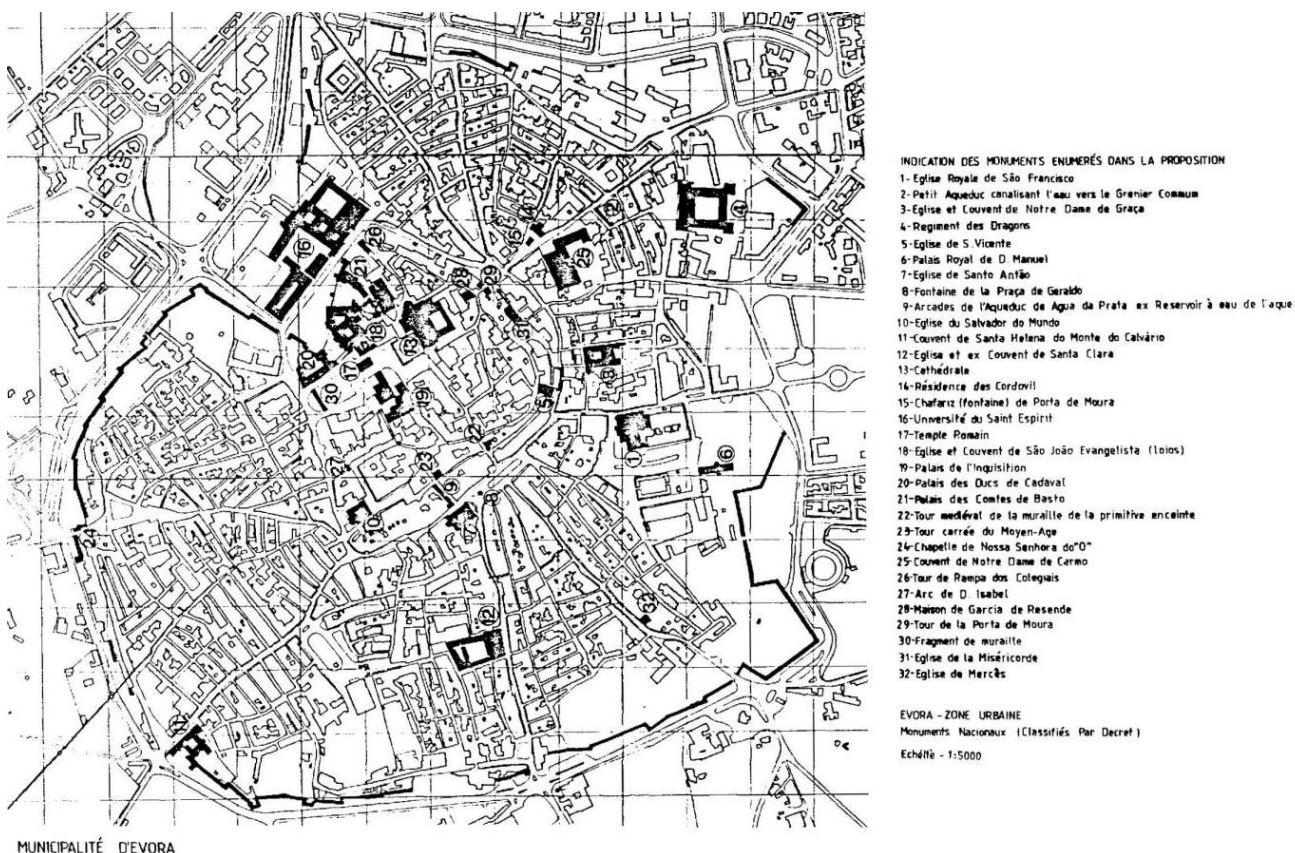


Figura 5 – Mapa do Centro Histórico de Évora com indicação dos Monumentos identificados na proposta a Património Mundial – (Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/361>)

3.2.3 Principais atributos/elementos patrimoniais de distinção e Valor Universal Excecional (VUE)

Tal como já foi referido, o **Centro Histórico de Évora**, constitui uma paisagem urbana, de carácter singular e grande valor estético e patrimonial, que testemunha a sua ocupação desde o império Romano. Compreende-se assim, que os principais atributos de VUE são, não só os edifícios históricos e icónicos que compõem o Centro Histórico, mas também a malha urbana que os envolve.

Contudo, da análise da altimetria da cidade e do tecido urbano que a constitui, verificou-se que na generalidade as bacias visuais se manifestam muito condicionadas pela presença de diversas barreiras visuais - o casario de malha apertada, a muralha, os conjuntos edificados monumentais e os alinhamentos arbóreos ao longo dos arruamentos, considerando-se que não existe relação visual relevante da cidade histórica com a sua envolvente.

Verifica-se também que a implementação da cidade sobre uma colina, determina que apenas as encostas viradas a nordeste, este e sudeste se encontrem expostas à área de desenvolvimento da futura linha férrea, ou seja, grande parte dos elementos notáveis da cidade, de maior volumetria e,

consequentemente, maior amplitude visual relativamente ao casario, se encontra resguardada pela morfologia do terreno e pelo tecido edificado que a avoluma.

Excluem-se assim da caracterização que se segue os elementos patrimoniais que não apresentam visibilidade potencial para a futura infraestrutura, nomeadamente a Igreja de São Francisco (1), Igreja ou Convento da Nossa Senhora da Graça (3), Igreja de São Vicente (5), Palácio Real de D. Manuel (6), Igreja de Santo Antão (7), Chafariz da Praça do Giraldo (8), Igreja do Salvador do Mundo (10), Igreja e Convento de Santa Clara (12), Torre Medieval (22), Torre quadrangular Medieval (Torre de Sisebuto) (23), Arco Romano de D. Isabel (27) e Igreja das Mercês (32).

Descreve-se assim nos capítulos seguintes o Centro Histórico de Évora, bem como os elementos patrimoniais com potencial visibilidade para o projeto em estudo.

3.2.3.1 Centro Histórico de Évora

O Centro Histórico de Évora foi integrado na Lista do Património Mundial da Humanidade em 1986, aquando da 10ª Sessão do Comité da UNESCO, sendo consequentemente classificado como Monumento Nacional ao abrigo do art.º 15.º, n.º 7, da Lei n.º 107/2001, de 8-09-2001.

O Centro Histórico de Évora é constituído por duas estruturas urbanas distintas, que correspondem a duas grandes fases do desenvolvimento da cidade. Uma área correspondente ao primeiro núcleo amuralhado, de origem romana, com forma sensivelmente quadrangular, definido pelas ruas Duques de Cadaval, Largo dos Colegiais, Conde da Serra de Tourega, Largo das Portas de Moura, Miguel Bombarda, Praça do Geraldo, João de Deus e do Menino Jesus, e outra resultante da expansão da cidade até à segunda linha de muralhas, que delimita o atual centro histórico, através dos eixos estruturantes que divergem do núcleo original. Estes eixos correspondem ao traçado das vias que ligavam Évora, desde a época romana, aos principais núcleos urbanos do território envolvente.

A muralha medieval veio conferir à cidade uma forma aproximadamente circular, que envolveu na totalidade a área urbana primitiva. Esta muralha mantém a quase totalidade do seu pano, tendo sido destruídos alguns troços quando, no séc. 17, foram construídos os baluartes. Da primeira linha de muralhas, subsistem ainda alguns troços, parte deles incorporados em edifícios, evidenciando-se as torres Quadrangular, de Sisebuto e das Porta de Moura.

O tecido urbano do primeiro núcleo é sinuoso e irregular, refletindo o declive do terreno e uma ocupação não planeada, restando da presença romana o Templo e os eixos fundamentais, que ao longo dos séculos mantiveram a sua importância no tecido urbano.

A cidade islâmica sobrepôs-se à cidade existente, respeitando em parte a natural evolução do primitivo tecido urbano romano, materializando um tecido urbano de ruas estreitas e tortuosas, formando quarteirões com grandes variações morfológicas, função da proliferação de casas

senhoriais e grandes edifícios religiosos e públicos que exigiam maiores áreas vocacionadas para os necessários logradouros, pátios e quintais.

A cidade extravasou a primeira linha de muralhas, ainda na era muçulmana, formando arrabaldes que rapidamente tomaram grandes proporções e importância religiosa e social. Os vazios entre os arrabaldes foram sendo preenchidos, envolvendo a cidade amuralhada, constituindo a base de articulação do traçado urbano que hoje se encontra em Évora. O crescimento urbano dos séculos seguintes consolida o tecido urbano, mantendo o traçado e perímetro demarcado pela construção da denominada Cerca Nova.

Embora a cidade apresente vários núcleos com topologias diferenciadas, quer na estrutura quer no tipo e importância das construções, a área entre muralhas assenta sobre uma característica comum, a malha é organizada em grandes triângulos definidos pelas principais artérias, mais compridos à medida que nos aproximamos da Cerca Nova. As variações a esta regularidade têm a ver com a maior ou menor concentração de edifícios de grandes dimensões, geradores de espaços livres privados, que criam descontinuidades da malha urbana.

O tecido edificado é tipologicamente muito diversificado, apresentando uma grande densidade de elementos arquitetónicos notáveis, testemunhos de diversas épocas de evolução e da riqueza histórica e cultural da cidade. A arquitetura erudita confere uma identidade urbana muito própria, reforçada pela existência quase integral das muralhas, por um traçado urbano imemorial e por uma arquitetura corrente heterogénea, carregada de elementos uniformizadores, como as cores e materiais, que lhe dão a leitura de um todo (www.patrimoniocultural.gov.pt e <http://www.monumentos.gov.pt>).

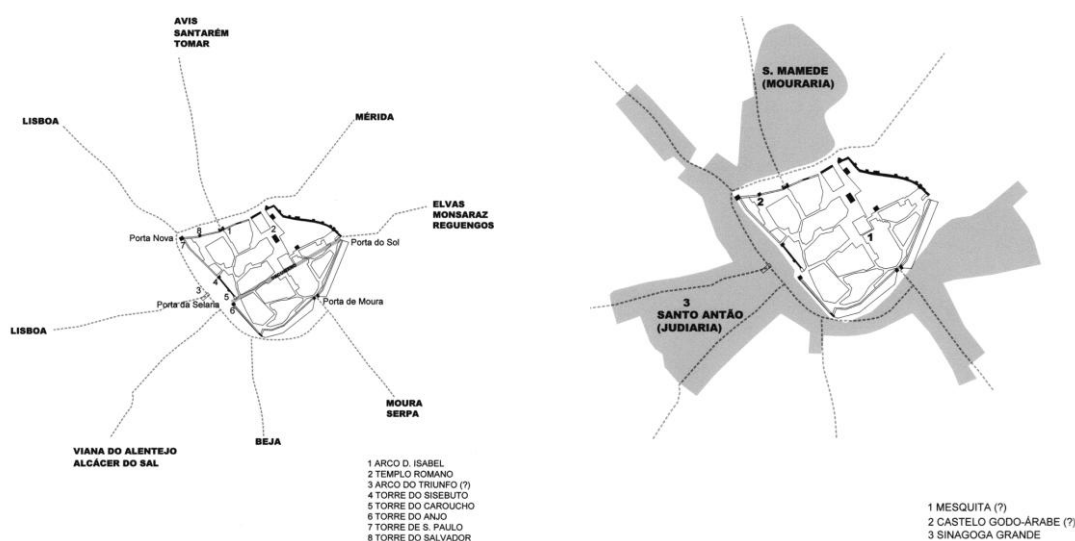


Figura 6 - Évora Romana e Évora Medieval – Muçulmana (DIAS PEREIRA, 2015)

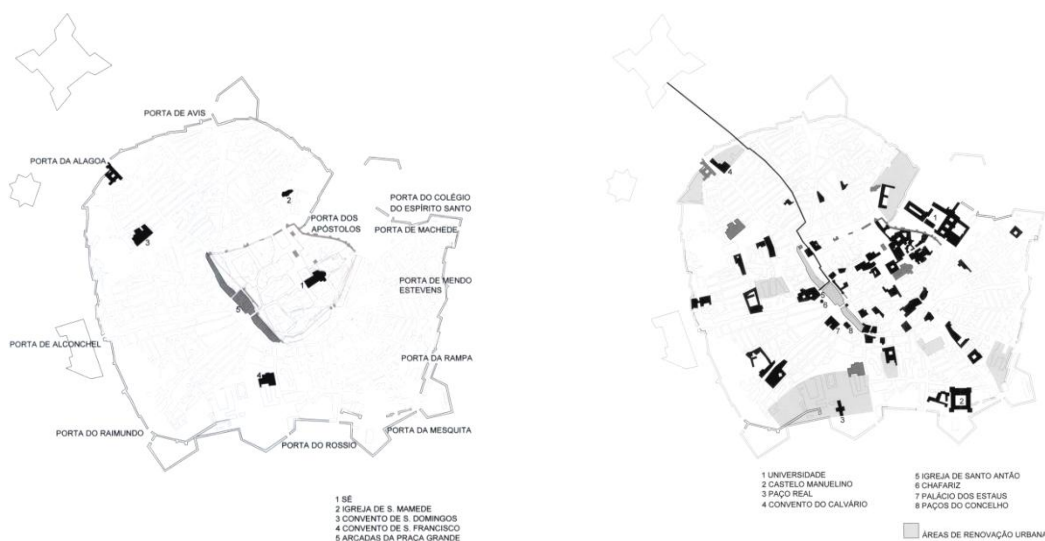


Figura 7 - Évora Medieval – Cristã e Évora Moderna (DIAS PEREIRA, 2015)

3.2.3.2 Pequeno Aqueduto de Água Canalizada (2)

Este pequeno aqueduto, embebido no casario da rua denominada Travessa dos Arcos, é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Os arcos constituem vestígios da arcada do aqueduto que abastecia de água, do aqueduto da Água da Prata, o chafariz que existia no Largo dos Castelos (www.cm-evora.pt).



Fotografia 1 - Travessa dos Arcos (fonte: www.cm-evora.pt)

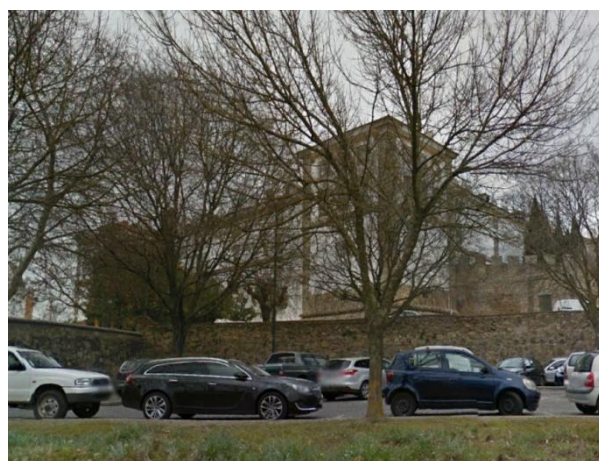
3.2.3.3 Regimento dos Dragões (4)

O Quartel dos Dragões embora não classificado como património nacional integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, de acordo com o mapa anexo à candidatura em 1986.

Localiza-se no largo do Castelos, na encosta sul da cidade de Évora, limítrofe à muralha, e consiste numa fortaleza quinhentista, seguindo o modelo renascentista de planta centrada que se

desenvolve em redor dum pátio também quadrado, manifestando uma influência das fortalezas italianas deste período. Embora apresente profundas alterações nas fachadas, mantém ainda as características estruturais do velho castelo manuelino (<http://www.monumentos.gov.pt>).

A fachada principal, encontra-se a norte, voltada para o largo dos castelos, apresentando corpo central recuado assente em oito arcadas falsas de vãos redondos e janelas semicirculares. A entrada principal apresenta pórtico com pilastras de cantaria trabalhada, encimado por frontão circular com as armas reais de Portugal em mármore de Estremoz (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 2 - Fachada principal (Largo dos Castelos) e vista a partir da Avenida dos Bombeiros (fonte: Google Earth)

3.2.3.4 Aqueduto da Água da Prata (9)

O aqueduto da Água da Prata é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, de 23 de Junho de 2010 e de 10 de Julho de 1922 (nº8252) e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Esta obra hidráulica desenvolve-se desde as cotas altas das colinas fronteiras a Évora, no lado norte, entrando no perímetro amuralhado na face noroeste da cidade. Inclui intramuros uma denominada Caixa de água, a meia encosta da colina (rua Nova), e uma fonte adossada ao Aqueduto no largo do Chão das Covas.

O Aqueduto tem fundação romana, e seria mais alto do que o atual, conduzindo a água até ao *Fórum* localizado no ponto mais alto da urbe. Sobre os vestígios deste foi erguida a atual estrutura quinhentista, de tipologia renascentista e maneirista. O aqueduto foi restaurado no Séc. 17, após os danos sofridos durante a Guerra da Restauração, e posteriormente nos Séc. 19 e Séc. 20, intervenções que não alteraram o traço original. Atualmente as arcarias no interior das muralhas encontram-se na maioria embebidas no casario (<http://www.monumentos.gov.pt>).



Fotografia 3 - Aqueduto da Água da Prata: portas da cidade, intramuros e Caixa de Água na rua Nova (Fonte: <https://www.cm-evora.pt>)

3.2.3.5 Convento de Santa Helena do Monte Calvário (11)

O convento do Monte do Calvário é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 8217 de 29 de junho de 1922 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se na extrema noroeste da cidade de Évora, contígua à muralha, junto à Porta Velha da Lagoa.

Este convento, fundado pela Infanta D. Maria, característico do ciclo henriquino da arquitetura eborense, apresenta um aspeto que invoca a Igreja de Santo Antão, começando a ser construído em 1569. Atualmente a igreja mantém os traços originais, apresentando planta retangular de nave única, de seis tramos, com cobertura em abóbada de canhão. Apresenta-se decorada por pinturas maneiristas e barrocas, sendo as paredes da nave e capela-mor revestidas a azulejo. Possui claustro retangular de dois pisos, com arcarias e colunas dóricas de linhas simples e proporções ligeiras (<http://www.monumentos.gov.pt/>).



Fotografia 4 - Torre e fachada do Convento (fonte: www.visitevora.net)

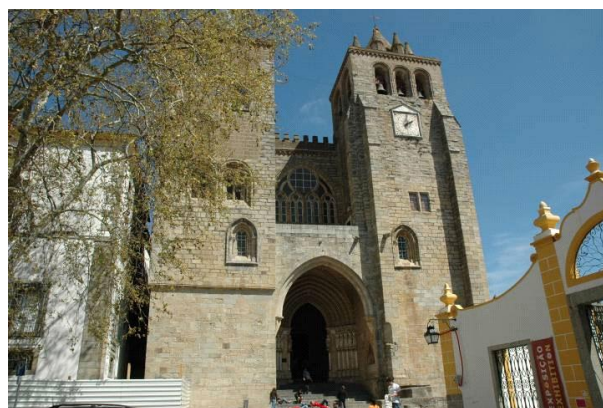
3.2.3.6 Catedral - Sé de Évora (13)

A Sé de Évora, maior catedral medieval do país, é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelos Decretos de 10 de Janeiro de 1907 e de 16 de Junho de 1910 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se no atual Largo do Marquês de Marialva, quase na cota máxima da colina de Évora, em posição destacada do tecido urbano.

Foi edificada nos séculos XIII e XIV, nos estilos românico e gótico, destacando-se o pórtico ogival, considerado um dos mais impressionantes portais góticos portugueses, e o claustro. A capela-mor é do século XVIII (estilo barroco), e no seu interior, existem muitos elementos arquitetónicos e artísticos de relevância (<http://www.cm-evora.pt>).

“Do conjunto arquitectónico denominado como “Sé de Évora” fazem parte a igreja e o claustro que a ladeia. Na vista de sul do conjunto do monumento pode observar-se a “torre-zimbório”, as duas torres sobre a fachada principal – “torre dos azulejos” e “torre lanterna ou do relógio” -, a rosácea do braço sul do transepto ou, ainda, a parte mais recente da velha construção, construída com materiais distintos – a “capela-mor”. (<http://cathedral.lnec.pt/portugues/evora.html>)



Fotografia 5 - Fotografia aérea e fachada principal da fachada da Sé de Évora (cathedral.lnec.pt)

3.2.3.7 Casa Cordovil (14)

A Residência dos Cordovil é um elemento patrimonial classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 8252 de 10 de Julho de 1922 e Monumento Nacional ao integrar o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Este edifício habitacional, reconhecido pelo seu mirante-galeria, localiza-se no largo das Portas de Moura, defronte do Chafariz, também classificado como Monumento Nacional.

A casa, construída pela família Cordovil, no que resta da sua estrutura quinhentista, é um exemplo particularmente delicado e harmónico da arquitetura civil da época manuelina de influência mourisca, bem característica da zona eborense. Do conjunto edificado evidencia-se a galeria ou mirante

manuelino - mudéjar ainda subsistente, e, com menor relevância, o muro do pequeno jardim interior, rematado por ameias idênticas às da galeria, e a *loggia* constituída por quatro arcos apontados, atualmente entaipados (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 6 - Casa Cordovil

3.2.3.8 Chafariz das Portas de Moura (15)

O Chafariz das Portas de Moura é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto nº 8218 de 29 de Junho de 1922 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

O Chafariz construído numa das praças mais emblemáticas da urbe quinhentista, rodeada por solares nobres das famílias mais importantes, insere-se no processo de renovação urbanística idealizado pelo Cardeal D. Henrique enquanto Arcebispo de Évora.



Fotografia 7 - Chafariz das Portas de Moura

A obra compõe-se de dois tanques retangulares, estando o principal, com a fonte em esfera de mármore, em plano mais elevado, a que se acede através de uma plataforma de três degraus. (www.patrimoniocultural.gov.pt).

3.2.3.9 Colégio do Espírito Santo (16)

O Colégio do Espírito Santo, atualmente integrado na Universidade de Évora, é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 e pelo Decreto n.º 8252, de 10 de Julho de 1922, integrando o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se entre avenida da Universidade (norte) e a rua Largo dos Colegiais (sul) na encosta nascente da cidade de Évora, em terreno desnivelado, surgindo em grande destaque na paisagem.

O Colégio do Espírito Santo, de inspiração jesuíta, foi fundado no século XVI pelo Cardeal D. Henrique, arcebispo de Évora, tendo sido construído entre 1550 e 1559. Em 1566, começa a edificação da Igreja, exemplar inaugural do chamado "estilo chão", concluída em 1572.

O colégio apresenta uma planta retangular irregular envolvendo um claustro monumental, no centro do qual se ergue um chafariz. O claustro, ou Pátio dos Gerais, dispõe-se em dois pisos, com galerias de colunatas.

A fachada, virada a sudoeste, divide-se em três panos definidos, o central mais largo, rasgado por três portas coroadas por óculo circular de moldura simples e remata em frontão triangular. Na fachada Oeste do colégio rasga-se ainda um delicado portal renascença, proveniente de uma capela da Igreja do Convento de São Domingos, lavrado em torno de 1540.

As salas do colégio foram forradas, no reinado de D. João V, com belíssimos azulejos barrocos aludindo às matérias aí ensinadas, e a igreja, no topo norte do claustro, foi dotada de magnífica talha joanina, também do século XVIII (www.patrimoniocultural.gov.pt e <http://www.monumentos.gov.pt>).



Fotografia 8 - Vista tridimensional do Colégio do Espírito Santo (fonte: Google Earth Pro)



Fotografia 9 - Fachada principal (fonte: <http://dioceseevora.pt>)

3.2.3.10 Templo romano de Évora (17)

O Templo Romano, comumente designado por templo de Diana, é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelos Decretos de 10 de Janeiro de 1907 e de 16 de Junho de 1910 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se na área mais alta da cidade, concretamente no largo do Conde de Vila Flor, surgindo em grande destaque na sua zona central.

Este Templo constitui o que resta do *Fórum* da cidade de Évora, com origem na época de Augusto (século I d. C), que uma tradição seiscentista considerou dedicado à deusa Diana mas que, na realidade, seria consagrado ao culto imperial. Deste templo - um dos mais bem conservados da Península Ibérica -, resta o *podium*, quase completo, onde é ainda bem visível a escadaria, apesar do seu desmoronamento. Quanto às colunas, o topo norte apresenta ainda a colonata intacta, composta de 6 colunas, arquitrave e fragmentos do friso, enquanto nas laterais restam apenas algumas colunas inteiras, fragmentos da arquitrave e um dos frisos. Os capitéis apresentam-se lavrados em mármore, com decoração estruturada em 3 ordens de acantos e ábacos, ornamentados de florões e flores, como malmequeres, girassóis e rosas. (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 10 - Templo Romano ou de Diana (<https://www.mundoportugues.pt/>)

3.2.3.11 Igreja e Convento dos Loios ou de São João Evangelista (18)

A igreja e convento dos Loios é um conjunto patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910 e pelo Decreto nº 8217 de 29 de junho de 1922, integrando o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se na área mais alta da cidade, concretamente no largo do Conde de Vila Flor, em terreno desnivelado/escarpado na encosta nascente da cidade de Évora.

Erguido entre meados do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, sobre o que restava de um castelo medieval, por iniciativa do primeiro conde de Olivença, o convento constitui um excelente testemunho arquitetónico do Tardo-Gótico alentejano.

A igreja apresenta planta longitudinal de nave única que articula com o corpo retangular que compõe o edifício conventual, à direita. O convento possui planta quadrangular, e estrutura-se em torno de um claustro de dois pisos, com galerias abertas por arcos assentes sobre pilares.

A fachada da igreja é antecédida por um alpendre aberto por arco abatido, com portal composto por cinco arquivoltas, de inspiração gótico-flamejante. A fachada do convento, em ângulo com a da igreja, manifesta-se rebaixada e apresenta pórtico de cantaria sob um pequeno alpendre clássico, sustentado por colunas dóricas (www.patrimoniocultural.gov.pt e <http://www.monumentos.gov.pt>).



Fotografia 11 - Igreja e convento dos Loios visto do largo Conde de Vila Flor e da rua Largo dos Colegiais

3.2.3.12 Palácio da Inquisição (19)

O Palácio da Inquisição, também designado de Casas Pintadas de Évora e Paço Vasco da Gama, é um elemento patrimonial classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 3781 de 2 de Maio de 1950 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se na área mais alta da cidade, concretamente no largo Marquês de Vila Flor, sendo atualmente o Centro de Arte e Cultura de Évora.

Este conjunto integra um aglomerado de edifícios com plantas imbricadas escalonados em 1, 2 e 3 pisos, dois pátios interiores e um extenso logradouro, sendo a parte designada como "Casas Pintadas" aberta para este último. As fachadas são rebocadas e caiadas de branco com vãos em alvenaria. A fachada principal é composta por 6 corpos.

O denominado jardim das Casas Pintadas apresenta um singular conjunto de pinturas a fresco da primeira metade do século XVI, consideradas das mais interessantes manifestações artísticas do género existentes em Portugal e um exemplar único da pintura mural palaciana (www.patrimoniocultural.gov.pt e <http://www.monumentos.gov.pt>).



Fotografia 12 - Palácio da Inquisição (fonte: <https://www.fea.pt>)

3.2.3.13 Palácio dos Duques de Cadaval (20)

O Palácio dos Duques de Cadaval, embora não classificado como património nacional integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, de acordo com o mapa anexo à candidatura em 1986.

Localiza-se na área mais alta da cidade, adjacente ao conjunto classificado: Igreja e Convento dos Loios, alongando-se do largo do Conde de Vila Flor pela rua Augusto Filipe Simões.

O Palácio Cadaval, construído, a mando de Martim Afonso de Melo, servidor do Mestre de Avis, sobre as ruínas do castelo de Évora e sujeito a intervenções ao longo dos séculos, resulta numa combinação singular dos estilos mudéjar, gótico e manuelino.

Na sua origem, atribuída ao século XIV, tinha como nome Palácio da Torre das Cinco Quinas, designação conferida pela torre pentagonal na extrema do edificado, esta classificada como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910 e pelo Decreto 8229 de 4 de Julho de 1922. O palácio apresenta ainda na sua estrutura atual outros vestígios do antigo castelo, contornos militares e segunda torre marcando a fachada principal. Este palácio, contém ainda dois jardins interiores, evidenciando-se o que articula com a igreja dos Loios (www.patrimoniocultural.gov.pt e <http://www.monumentos.gov.pt>).



Fotografia 13 - Palácio de Cadaval visto do Jardim de Diana (<https://www.palaciocadaval.com/>) e Jardim do Palácio

3.2.3.14 Palácio dos Antigos Condes de Basto (21)

O Palácio dos Condes de Basto, atual fundação Eugénio de Almeida, é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelos Decretos nº 8218, de 29 de Junho de 1922 e nº 8252, de 10-7-1922, incluindo-se neste espaço também a denominada Escada e Varandim à entrada do Pátio de São Miguel, classificados como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 11445 de 13 de Fevereiro de 1924, ambos integrados no conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se na encosta nordeste de Évora, acima do Colégio do Espírito Santo, contribuindo em conjunto com este e com a Sé, para a silhueta urbana do aglomerado histórico.

A fundação do Palácio dos Condes de Basto, data ainda da época muçulmana, tendo sido, após a conquista cristã da cidade, entregue à Ordem de Calatrava, sendo mais tarde residência habitual de D. Fernando, que o beneficiou com obras diversas. Foram vários os proprietários, sendo por fim vendido ao Eng.º Eugénio de Almeida, conde de Vilalva, que reabilitou o conjunto arquitetónico já muito degradado, e aí sediou a sua Fundação, que ainda hoje permanece.

Em termos arquitetónicos, o Palácio é composto por uma série de volumes articulados de carácter monumental, com sucessão de pátios e dependências menores. O corpo principal, voltado para o Pátio de São Miguel, possui uma elegante *loggia* renascentista sobre uma arcada gótica. Em todo o conjunto encontram-se vários vestígios de estruturas góticas, embora nele brilhem sobretudo as cantarias quinhentistas, as janelas geminadas de arco de ferradura e estrutura de tijolo, as galerias e colunatas renascentistas, a fonte e casa de fresco do jardim e os torreões cilíndricos (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 14 - Paço e Jardins do Palácio

3.2.3.15 Ermida da Nossa Senhora do Ó – Porta de Aviz (24)

A Ermida de Nossa Senhora do Ó e Porta de Aviz é um conjunto patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto nº 8218 de 29 de Junho de 1922 e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se na extrema noroeste da cidade, no enfiamento da estrada Penedo do Ouro e da rua de Aviz.

Inserida nas muralhas de Évora e ladeada por um torreão de planta retangular, este conjunto consiste num elemento arquitetónico maneirista, de tipologia militar, que se estrutura numa dupla arcaria de volta perfeita, ladeada por duas pilastras de sustentação e rematada por frontão em gablete ornado de florões. As primeiras referências a este monumento remontam a data da fundação da Ermida de Nossa Senhora do Ó (1381), tendo sido parcialmente reconstruída e remodelada aquando da entrada triunfal de D. Catarina da Áustria na cidade, em 1525, e sujeita a obras de restauro e consolidação em 1804, intervenção registada em lápide comemorativa no friso (www.patrimoniocultural.gov.pt)



Fotografia 15 - Porta de Avis fora e dentro da muralha de Évora (fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt)

3.2.3.16 Convento de Nossa Senhora do Carmo (25)

O Convento de Nossa Senhora do Carmo, embora não classificado como património nacional integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, de acordo com o mapa anexo à candidatura em 1986.

Localiza-se entre o largo das Portas de Moura e a rua Dom Augusto Eduardo Nunes na ecosta sul da cidade de Évora.

É um edifício monumental de grande interesse, atribuído aos finais do século XVII, de estilo barroco e ocupa o antigo paço quinhentista dos Duques de Bragança, do qual subsistem alguns elementos.

O seu interior é constituído por uma só nave, de planta retangular, com seis capelas laterais e capela-mor que ostenta a maior cúpula da cidade. Possui pinturas do ciclo maneirista e inclui no seu interior o grande altar de talha que alberga o Santíssimo Sacramento, considerado um dos melhores exemplares da talha barroca de Évora. No exterior da igreja merece destaque a Porta dos Nós (símbolo da Casa de Bragança), a escadaria para o pátio e o zimbório (www.cm-evora.pt).



Fotografia 16 – Igreja e Convento do Carmo (fonte: www.cm-evora.pt)

3.2.3.17 Ermida de São Miguel (26)

A Ermida de São Miguel, localizada no pátio homónimo é um elemento patrimonial classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 29604 de 16 de Maio de 1939, integrando também o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, embora identificado incorretamente como torre junto à rampa dos Colegiais.

A ermida de São Miguel do Castelo, foi edificada pelos cavaleiros da Ordem Militar de S. Bento de Calatrava e deverá ter sido dos primeiros edifícios religiosos a ser consagrado em Évora. Apresenta planta longitudinal de nave única que articula com a capela-mor mais estreita e baixa. A nave é coberta por abóbada de berço, enquanto a capela-mor apresenta uma abóbada manuelina, em ogivas nervuradas com bocetes. O alçado principal, com portal de verga reta, é rematado por frontão triangular (fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 17 - Ermida de São Miguel (fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt)

3.2.3.18 Casa de Garcia de Resende (28)

A casa Garcia de Resende localizada na rua de São Manços, a norte do largo das portas de Moura, é um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional pelo Decreto 16 de Junho de 1910 (136), e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Consiste numa modesta edificação de piso térreo de planta irregular, sensivelmente trapezoidal, intricada no casario. Da habitação original resta uma elegante janela no mais puro estilo manuelino, mainelada, esculpida em mármore e granito da região, de feição híbrida alentejana, com claras influências mudéjares e tardo-góticas, atribuída à mão do arquiteto Diogo de Arruda. A casa distribui-se em torno de um pátio interior, existindo ainda um terceiro piso, recuado e de menores dimensões, uma série de terraços desnivelados, e um pequeno pátio de iluminação e arejamento no segundo piso. A maioria dos compartimentos, de distribuição algo confusa, é abobadada (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 18 - Casa Garcia de Resende e pormenor da janela manuelina

3.2.3.19 Torres das Portas de Moura (29)

As Torres das Portas de Moura, localizadas no topo norte do largo homónimo, integram as Muralhas e Fortificações de Évora, e constituem elementos patrimoniais classificados como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910 e pelo Decreto nº 8229 de 4 de Julho de 1922, integrando o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Separadas cerca de 5 metros, ambas as torres apresentam bases de 6 por 4,5 metros, tendo a torre ocidental 15 metros de altura e a oriental 14 metros. A primeira torre é acedida por escada circular de granito, incorporando a capela dedicada a São Manços, e a torre oriental, encimada por sala e terraço, apresenta escada de granito adossado ao exterior e uma janela ao nível do piso superior voltada a sul (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 19 – Torres das Portas de Moura

3.2.3.20 Fragmentos de Muralha (30)

A cidade de Évora é circunscrita por duas linhas de muralhas, as denominadas Cerca Velha e Cerca Nova, sendo que da primeira restam escassos fragmentos, na sua maioria embebidos no tecido edificado. Estes elementos patrimoniais encontram-se classificados como Monumento Nacional pelo Decreto nº 8 229 de 4 de julho de 1922 e integram o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Do conjunto de muralhas da cidade de Évora, evidenciam-se na encosta nascente: os fragmentos da Cerca Velha existentes sob o jardim de Diana e ao longo da rua Largo dos Colegiais, integrados no jardim público, e da Cerca Nova, a muralha ao longo da Avenida D. Manuel Trindade Salgueiro, prologando-se para o limite da cidade entre a Porta de Aviz e a Porta da Lagoa Velha.



Fotografia 20 - Muralha no Jardim dos Colegiais



Fotografia 21 - Imagem tridimensional da muralha ao longo da Av. D. Manuel Trindade Salgueiro

3.2.3.21 Igreja da Misericórdia de Évora (31)

A Igreja da Misericórdia é um elemento patrimonial classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 31/83 de 9 de maio de 1983, e integra o conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Localiza-se no largo da Misericórdia na encosta sul da cidade de Évora, próximo do largo das Portas de Moura.

É uma edificação cuja origem remonta a 1554, com traça clássica sóbria que se atribui ao arquiteto Manuel Pires, mestre das obras do Cardeal D. Henrique e Arcebispo de Évora. Apresenta planta longitudinal de nave única simples, tendo adossada à fachada lateral direita, no intervalo dos contrafortes, pequenos anexos mais baixos, à fachada posterior vários corpos e à lateral esquerda a sacristia retangular e corredor de comunicação. As fachadas são rebocadas e pintadas de branco com embasamento, cunhal esquerdo, cornija e óculo da fachada principal sublinhados a ocre. Fachada principal virada a Oeste com frontão triangular de ângulos abertos e janela do coro, de secção retangular, harmoniosamente rasgada sobre o centro do frontão (www.patrimoniocultural.gov.pt).



Fotografia 22 – Igreja da Misericórdia (fonte: www.visitevora.net)

4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROJETO

4.1 Objetivos e justificação do projeto

Como já foi mencionado, o projeto da Nova Variante a Évora insere-se no corredor sul, estabelecido como um dos eixos de desenvolvimento prioritário do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - horizonte 2014-2020 (PETI 3+), que integra o projeto da linha de Alta Velocidade Lisboa-Madrid.

O Eixo Lisboa-Madrid insere-se nos eixos prioritários nacionais da Rede Transeuropeia de Transportes das ligações ferroviárias de alta velocidade integrantes da Rede de Alta Velocidade (RAV) prevista para o País, no âmbito do **Projeto Prioritário n.º 3**, “Eixo Ferroviário de AV do Sudoeste Europeu”, mas também o “Eixo ferroviário de mercadorias Sines/Algeciras – Madrid – Paris” - **Projeto Prioritário n.º 16**.

O traçado previsto permite estabelecer a ligação entre a Rede Ferroviária Convencional (linha de Évora já modernizada entre Bombel e Évora) e a Nova Ligação Ferroviária entre Évora Norte e Elvas/Caia (com projeto em fase de projeto de execução em avaliação ambiental), assumindo-se como um trecho fundamental à ligação ferroviária Sines/Setúbal/Lisboa/Évora/Elvas/Caia, projeto de importância local, regional e transfronteiriça, com o objetivo de dar resposta às exigências do mercado dos transportadores, produtores e consumidores de mercadorias através de uma estratégia de coesão da rede, com dinamização da economia regional e a captação de fluxos e investimentos industriais, bem como estender a Espanha os atuais *hinterlands* portuários.

4.2 Descrição Geral do Traçado e do Território Atravessado

O traçado adotado em projeto de execução, correspondente à Solução 2 estudada na fase de Estudo Prévio, foi desenvolvido de modo a garantir a ligação e compatibilização com o futuro troço Évora Norte – Elvas/Caia e o aproveitando cerca de 50% da atual linha férrea – linha de Évora, assegurando o cumprimento das recomendações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e tendo em conta as diversas condicionantes identificadas, das quais se destacam, no que se refere à Paisagem, a orografia da área envolvente, as travessias das linhas de água, o afastamento a herdades e edificações e a afetação menor possível de áreas cujas ocupações apresentam valor cénico e/ou ecológico relevante, evidenciando-se nesta paisagem o montado.

Importa referir que existem situações em que as exigências geométricas e de perfil desta tipologia de infraestrutura não permitiram, no delinear do traçado, evitar a totalidade das condicionantes

identificadas, e que, na presença de diversas condicionantes ambientais, foi necessário optar pela solução que, na globalidade, fosse menos penalizadora e mais favorável.

Em termos genéricos o traçado do projeto é constituído por:

- Linha Ferroviária - linha de Évora, entre o PK 117+700 da atual linha de Évora e o PK 127+823, numa extensão total de cerca de 10,1 km (cerca de 5km desenvolvem-se sobre a linha atual);
- 1 Zona Neutra: entre o pk 121+010 e o pk121+160, numa extensão de 150 m
- 3 Pontes: Rio Xarrama (km 118+400), Degebe (km 126++300) e Ribeira de Vale Figueiras (km 127+250);
- 5 Passagens superiores integradas nos restabelecimentos 119-1, 120-1, 120-2, 122-1 e 125-1;
- 3 Passagens inferiores (1 passagem inferior da EN254 (Rest. 121-1) e 2 passagens agrícolas, sendo que uma delas corresponde a uma passagem hidráulica adaptada: Restabelecimentos 121-2 e PA-PH 122-1);
- 24 Passagens Hidráulicas (PH).

O traçado desta solução desenvolve-se ao largo da cidade de Évora, a nascente do aglomerado populacional, numa extensão de cerca de 10 km e adotando uma orientação predominante sul/norte. Cerca de metade da linha (51%) desenvolve-se sobre a linha existente, atravessando no troço restante um canal sem ocupação edificada, ligeiramente mais afastado do perímetro urbano de Évora.

O traçado tem início ao km 117+700 da atual linha de Évora, coincidindo num pequeno troço com a plataforma ferroviária existente, infletindo posteriormente para nascente, afastando-se do perímetro urbano, e desenvolvendo-se nesta orientação sobre culturas anuais, paralelamente ao ramal de Reguengos. Atravessa o rio Xarrama através de uma ponte com cerca de 195 metros e inflete para norte após coincidir parcialmente com o ramal de comboio desativado (Ramal de Reguengos), circunscrevendo um amplo arco até colidir com a atual linha férrea de Évora, sensivelmente ao km 122+700. Neste troço atravessa maioritariamente extensas áreas dedicadas a culturas arvenses, merecendo menção apenas uma área de olival atravessada sensivelmente ao km 121+700. No novo troço de linha férrea estão previstos 5 restabelecimentos da rede viária local, evidenciando-se, pela sua volumetria, o Restabelecimento 119-1, estabelecendo através de uma passagem superior a continuidade da Estrada dos Aliados. Os restantes restabelecimentos desenvolvem-se, na sua maioria, no alinhamento das vias existentes (Rest. 120-2, 121-1) ou correspondem a passagens agrícolas, implicando alterações menores no ambiente visual da paisagem atual.

Aproximadamente ao km 122+700, o traçado passa a desenvolver-se novamente sobre o traçado da linha de Évora existente, integrando o Domínio Público Ferroviário, coincidindo com a diretriz do Estudo Prévio.

Neste troço prevê-se a supressão de duas passagens de nível na EN18, que serão restabelecidas através dos Restabelecimento 122-1 e 125-1, por intermédio de duas passagens superiores, uma vez que nesta zona o traçado da via-férrea se encontra de nível com a via rodoviária atual.

Na zona final do traçado situam-se as restantes obras de arte especiais deste troço. A ponte sobre o rio Degebe (km 126+300), com uma extensão prevista de 97 m, e a ponte sobre a Ribeira de Vale Figueiras (km 127+250), com uma extensão de apenas 34 m.

O traçado termina ao km 127+823 no ponto de início da Nova Ligação Ferroviária entre Elvas / Caia, subtroço Évora Norte / Freixo.

O atual projeto da Variante difere do traçado da solução 2 de estudo prévio de modo a minimizar os inevitáveis impactes decorrentes da implementação da infraestrutura no território, sendo de referir:

- o ligeiro aumento do afastamento ao Bairro de Santa Luzia (Medida 2 e 12 da DIA);
- a sobreposição em cerca de 150 metros com o ramal de Reguengos, em vez de apenas 83 metros (Medida 2 da DIA);
- o maior afastamento a habitações a partir do km 119+800, baixando também a rasante (escavação entre os km119+440 e 120+720), minimizando o impacte ao nível do ruído e paisagem (Medida 2 da DIA);
- a redução dos taludes de aterro (Medida 7 da DIA);
- o rebaixamento localizado da rasante da atual EN254, permitindo a passagem inferior sobre a linha-férrea (Medida 8 da DIA);
- a introdução de uma nova Passagem Superior ao km 120+088 (PS 120-1), permitindo um acesso mais direto à fábrica de rações Nutrimonte bem como a habitações integradas nos bairros do Monte Novo de Santo António e Quinta do Evaristo;
- a introdução de duas Passagens Agrícolas aos km 121+586 e 122+213, minimizando as perturbações nas acessibilidades locais (Medida 10 e 11 da DIA);
- a alteração da extensão das pontes sobre o rio Xarrama (48 para 195 metros) e sobre o rio Degebe (36 para 97 metros), minimizando a interferência nos leitos de cheia (Medida 9 e 14 da DIA);
- o afastamento à mancha de montado entre os km 121+275 e 122+700, minimizando a sua afetação (Medida 23 da DIA).

5 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DO PROJETO NO CAMPO VISUAL DO CONJUNTO CLASSIFICADO – CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

Como referido no capítulo que descreve a Metodologia, para identificar as extensões do projeto que se destacam e que são passíveis de interferir no campo visual do conjunto classificado, são seguidas as orientações do ICOMOS, nomeadamente de acordo com o seu Anexo 3A e 3B, tendo em conta o grau de importância **muito elevado** associado ao Centro Histórico de Évora, de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 3 - Avaliação do valor de componentes patrimoniais

Classificação	Arqueologia	Património Construído ou Paisagem Urbana Histórica	Paisagem Histórica	Património Cultural Imaterial ou suas Relações
Muito Elevada	Sítios de importância internacional, inscritos na lista do Património Mundial Atributos individuais que conferem VUE ao bem PM. Componentes que podem contribuir significativamente para objetivos de investigação internacional reconhecidos.	Sítios ou estruturas de reconhecida importância internacional, inscritos como bens PM de importância universal. Atributos individuais que conferem VUE ao bem PM. Outros edifícios ou paisagens urbanas de reconhecida importância internacional.	Paisagens de reconhecida importância internacional, inscritas como bem PM. Atributos individuais que conferem VUE ao bem PM. Paisagens históricas de valor internacional, classificadas ou não. Paisagens históricas extremamente bem preservadas com exceção de coerência, profundidade temporal, ou outros fatores críticos.	Áreas relacionadas com atividades do Património Cultural Imaterial, evidenciadas pelo seu registo nacional. Relações com inovações singulares, avanços técnicos ou científicos, ou movimentos de importância global. Relações com indivíduos singulares de importância global.

Quadro 4 - Escala de avaliação da magnitude do impacte Visual

Classificação de Impactes	Atributos Arqueológicos	Atributos do Património Construído ou da Paisagem Urbana Histórica	Atributos da Paisagem Histórica	Atributos do Património Cultural Imaterial ou suas Relações
Elevado	Alterações nos atributos que conferem VUE ao bem PM. Alterações na maioria ou em todos os vestígios arqueológicos principais, incluindo aqueles que contribuem para o VUE, de tal forma que o recurso é totalmente alterado. Alterações abrangentes no enquadramento.	Alterações nos principais elementos históricos do edificado que contribuem para o VUE, de tal forma que o recurso é totalmente alterado. Alterações abrangentes no enquadramento.	Alteração na maioria ou em todos os elementos-chave, parcelas ou componentes da paisagem histórica; efeitos visuais extremos; modificação grosseira de ruído ou alteração da qualidade do som; modificações radicais no uso ou acesso; resultando na modificação total da unidade de carácter da paisagem histórica e perda de VUE.	Amplas alterações na área que afetem as atividades do Património Cultural Imaterial ou as suas relações ou ligações visuais e apreciação cultural.
Moderado	Alterações em muitos vestígios arqueológicos principais, de tal forma que o recurso é claramente modificado. Alterações consideráveis no enquadramento, que afetam o carácter do componente	Alterações em muitos dos principais elementos históricos do edificado, de tal forma que o recurso é significativamente modificado. Alterações no enquadramento de um edifício histórico, de tal forma que o mesmo é significativamente modificado.	Alterações em muitos dos elementos-chave, parcelas ou componentes da paisagem histórica; alteração visual de diversos aspetos-chave da paisagem histórica; diferenças perceptíveis no ruído ou qualidade do som; modificações consideráveis no uso ou acesso; resultando em alterações moderadas do carácter da paisagem histórica.	Consideráveis alterações na área que afetem as atividades do Património Cultural Imaterial ou as suas relações ou ligações visuais e apreciação cultural.
Reduzido	Alterações nos vestígios arqueológicos principais, de tal forma que o recurso é ligeiramente alterado. Ligeiras alterações ao enquadramento.	Alterações nos principais elementos históricos do edificado, de tal forma que o Bem se torna ligeiramente diferente. Modificações no enquadramento de um edifício histórico, de tal forma que a alteração é apenas ligeiramente perceptível.	Modificação em poucos elementos-chave, parcelas ou componentes da paisagem histórica; ligeiras modificações visuais em poucos aspetos-chave da paisagem histórica; pequenas alterações dos níveis de ruído ou qualidade do som; ligeiras modificações no uso ou acesso; resultando numa modificação reduzida do carácter da paisagem histórica.	Alterações na área que afetem as atividades do Património Cultural Imaterial ou as suas relações ou ligações visuais e apreciação cultural.
Negligenciável	Alterações diminutas nos vestígios arqueológicos principais, ou na configuração.	Ligeiras alterações nos elementos históricos ou na configuração do edificado, que praticamente não o afetam.	Alterações diminutas em elementos-chave, parcelas ou componentes da paisagem histórica; efeitos visuais praticamente inalterados; alterações muito ligeiras dos níveis de ruído ou qualidade do som; modificações muito ligeiras no uso ou acesso; resultando numa modificação muito pequena do carácter da paisagem histórica.	Alterações diminutas na área que afetem as atividades do Património Cultural Imaterial ou as suas relações ou ligações visuais e apreciação cultural.
Nulo	Sem modificação.	Sem modificação na constituição ou configuração.	Sem modificação dos elementos, parcelas ou componentes; sem alterações visuais ou auditivas; sem modificações nos fatores de conforto ou comunitários.	Sem modificação.

O cruzamento entre o valor do Bem (neste caso o Centro Histórico de Évora – **valor muito elevado**) com a magnitude dos impactes (quadro 4) permite aferir a significância decorrente da presença/implementação do projeto, de acordo com o esquema do quadro seguinte:

Quadro 5 - Escala da significância do efeito da alteração

VALOR DO COMPONENTE PATRIMONIAL	ESCALA E GRAVIDADE DO IMPACTE/ALTERAÇÃO				
	Sem alteração	Alteração negligenciável	Alteração menor	Alteração moderada	Alteração relevante
Para bens PM Muito elevado – atributos que conferem VUE	SIGNIFICADO DO IMPACTE (ADVERSO OU BENÉFICO)				
	Neutro	Ligeiro	Moderado/Elevado	Elevado/Muito Elevado	Muito Elevado

5.1 Relação do projeto face ao património classificado

O projeto em estudo desenvolve-se ao largo do Centro Histórico de Évora, não intercetando nunca a área classificada como Património Mundial nem a sua zona de proteção.

Os Impactes determinados pelo projeto relativamente ao Bem patrimonial – Centro Histórico de Évora, serão então apenas visuais, tendo sido gerada para a análise e avaliação de impactes a bacia visual do projeto, tendo em conta a situação mais desfavorável, ou seja, a altura da catenária.

Refira-se que o Centro Histórico de Évora é classificado como Património Mundial, por se assumir como o “*melhor exemplo de cidade da idade de ouro portuguesa após o terramoto de Lisboa de 1755*” e por permitir “*compreender hoje em dia a influência exercida pela arquitetura portuguesa no Brasil e em sítios como Salvador da Bahia*”¹, ou seja, é a sua expressão enquanto património cultural representante de um ou mais períodos significativos da história humana, que constitui VUE e não a sua paisagem envolvente.

¹ In <http://whc.unesco.org/en/list/361>



Figura 8 - Bacia visual do Projeto

Da análise da bacia visual gerada, verifica-se que esta, ao ter em conta apenas a morfologia do terreno, se manifesta muito abrangente, não refletindo a real visibilidade do território. O tecido urbano que constitui a cidade e cobre a colina onde esta se encontra implementada, circunscreve de forma muito expressiva as bacias visuais das encostas que não se encontram expostas à área de desenvolvimento do traçado, considerando-se, tendo em conta a prospeção de campo, que apenas as encostas viradas a nordeste, este e sudeste se encontrem potencialmente sujeitas ao impacto visual gerado pela futura linha férrea.

Constatou-se também que as bacias visuais no interior da malha urbana, se manifestam muito condicionadas pela presença de diversas barreiras visuais, que não permitem o prolongamento dos eixos visuais dos observadores - o casario de malha apertada, a muralha, os conjuntos edificados monumentais e os alinhamentos arbóreos ao longo dos arruamentos, considerando-se que não existe relação visual relevante da cidade histórica com a sua envolvente. É uma cidade virada para dentro, confirmando a herança islâmica da sua fundação. Os escassos miradouros com amplitude visual para a área de estudo coincidem com os elementos patrimoniais necessariamente analisados no presente relatório, evidenciando-se o **telhado da Sé, o pátio do Palácio dos Condes de Basto, o largo junto à fachada do Colégio do Espírito Santo e o Jardim de Diana, junto ao Templo Romano.**

Perante o enunciado, prevê-se assim que o projeto será visível sobretudo dos edifícios que se evidenciam da malha urbana, que correspondem, nas encostas potencialmente afetadas visualmente, aos elementos notáveis que conferem Valor Universal Excecional ao Centro Histórico da Cidade de Évora, designadamente o **Pequeno Aqueduto de Água Canalizada (2), o Regimento dos Dragões (4), o Convento de Santa Helena do Monte Calvário (11), a Catedral - Sé de Évora (13), a Residência dos Cordovil (14), o Chafariz das Portas de Moura (15), o Colégio do Espírito Santo (16), o Templo romano de Évora (17), a Igreja e Convento dos Loios (18), o Palácio da Inquisição (19), o Palácio dos Duques de Cadaval (20), o Palácio dos Condes de Basto (21), a Capela de Nossa Senhora do Ó (24), o Convento de Nossa Senhora do Carmo (25), a Ermida de São Miguel - Torre da Rampa dos Colegiais (26), a Casa de Garcia de Resende (28), as Torres das Portas de Moura (29), os Fragmentos das Muralhas (30) e a Igreja da Misericórdia de Évora (31).**

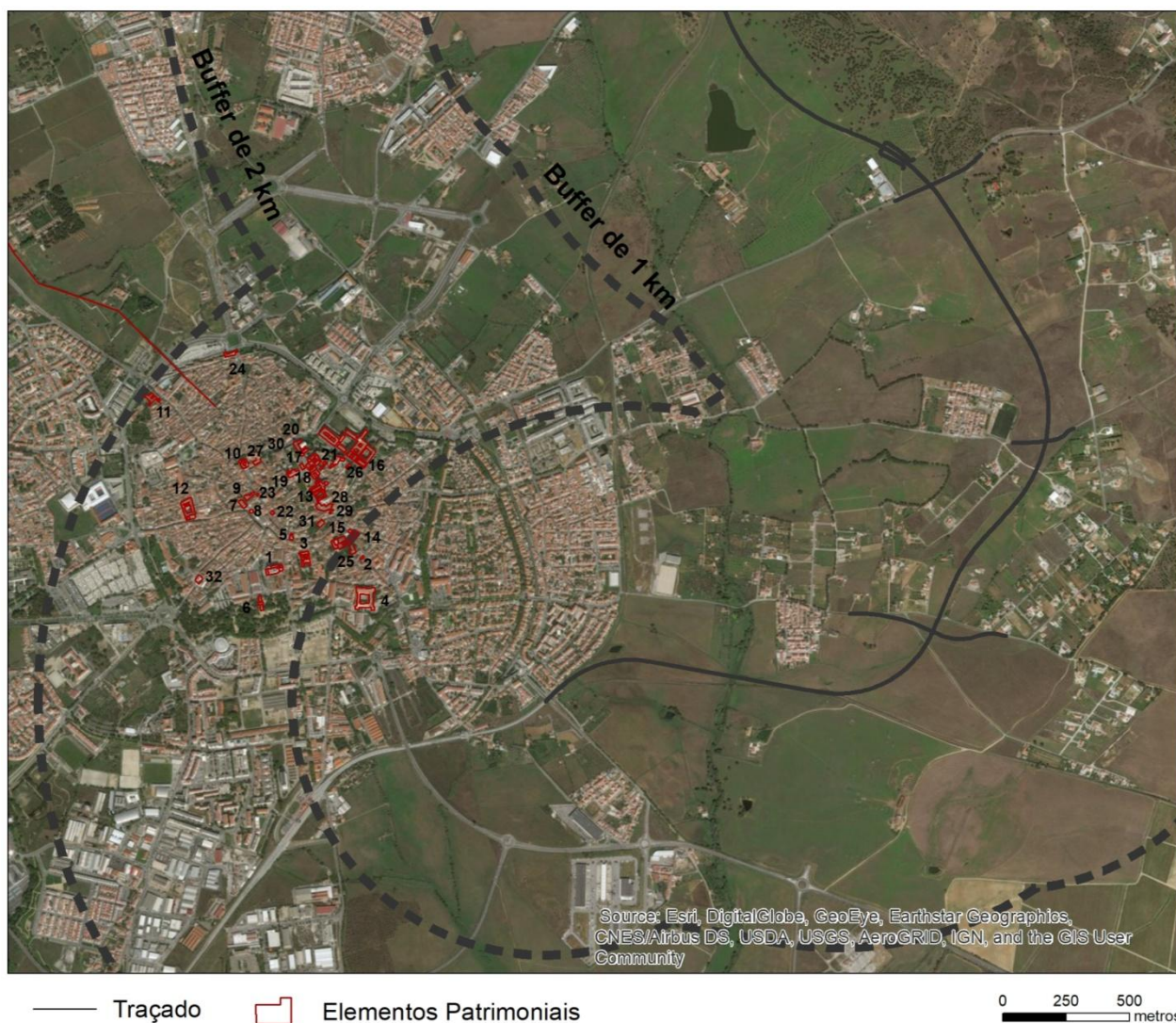


Figura 9 – Relação do projeto face ao património classificado

5.1.1 Identificação das extensões ou trechos do projeto que se destacam no campo visual do património classificado - Estudo das visibilidades

Para a avaliação da afetação visual determinada pelo projeto foi elaborado um estudo de visibilidades, tendo sido geradas as bacias visuais dos pontos notáveis elencados no subcapítulo anterior.

As **bacias visuais** obtidas para cada ponto de observação, identificam as áreas visíveis e não visíveis do território, tendo em conta que a visão humana apenas consegue distinguir com nitidez uma estrutura como a linha ferroviária, até cerca dos 2000 metros de distância, ponto a partir do qual esta deixa de se evidenciar da envolvente até deixar de ser apercebida a cerca dos 3000 metros.

No trabalho de campo confirmou-se este pressuposto, através da visibilidade para o corredor da linha férrea desativada (Ramal de Reguengos) e para uma linha elétrica existente, simulando a catenária, ambos a uma distância do ponto de vista de cerca de 2150 metros, verificando-se que num dia de boa visibilidade estes dois elementos não se evidenciam da envolvente, conforme se pode verificar na fotografia seguinte.



Fotografia 23 - Visibilidade para linha férrea desativada e linha elétrica existente

Assim foram definidas quatro categorias para interpretação das bacias visuais, de acordo com a área visível apreendida a partir dos pontos de observação:

- Área visível a uma distância < 1000m – Visibilidade elevada;
- Área visível a uma distância entre 1000 e 2000m – Visibilidade moderada;
- Área visível a uma distância entre 2000 – 3000m – Visibilidade reduzida;
- Área visível a uma distância > 3000m – Visibilidade muito reduzida a nula.

Importa ressaltar que estas bacias são elaboradas com base exclusivamente na morfologia do terreno, através do seu modelo digital, sendo que a visibilidade será necessariamente influenciada pelos elementos presentes na envolvente e no eixo visual para a área de intervenção. Um volume que se assuma como obstáculo ao alcance visual implica geralmente a quebra do eixo visual, determinando que a visibilidade previsível na cartografia na realidade não ocorra.

Nos subcapítulos seguintes apresenta-se uma síntese da análise elaborada para cada um dos pontos de observação considerados.

5.1.1.1 Regimento dos Dragões (4)

Este edifício situa-se na encosta sudeste da colina de Évora, apresentando uma bacia visual potencial que abrange o traçado sensivelmente desde o seu início até ao km 122+200.



Figura 10 - Bacia visual potencial do Quartel dos Dragões

Contudo, da análise da bacia e da envolvente ao edifício, verifica-se que o troço visível será menor, coincidindo apenas com o arco do traçado mais distante da cidade, pela menor amplitude visual deste ponto para a base da colina de Évora e, simultaneamente, pela presença de volumes edificados com capacidade para impedir o prolongamento do eixo visual para a zona do troço inicial.

Verifica-se também que o traçado será visível apenas dos pisos superiores do edifício, uma vez que, ao nível do solo, a bacia visual é intercetada pelos volumes construídos na envolvente, dos quais se destacam, pela sua volumetria, o Hospital, a Escola de Enfermagem e a sede dos Bombeiros.



Figura 11 - Relação visual do Quartel com a planície onde se desenvolve o traçado, e edifícios na envolvente do Quartel quebrando o eixo visual ao nível do solo (fonte: Google Earth Pro)

O troço visível apresenta-se, na generalidade, adaptado à morfologia do terreno, apresentando maiores terraplenagens associadas a escavações, situação que dissimula a intrusão visual promovida pela linha férrea e pelas catenárias que a marginam. Os elementos que poderão assumir maior expressão neste troço são assim as catenárias, ao longo dos troços de nível e em aterro, globalmente de reduzida dimensão, e os aterros de maior dimensão associados ao restabelecimento da Estrada dos Aliados (km 119+300). No entanto, este troço situa-se a mais de 2000 metros, distância a que este tipo de infraestrutura já não se evidencia da envolvente, existindo também, no eixo visual entre o quartel e a linha, outros elementos verticais que dissimularão a presença da futura infraestrutura, nomeadamente, os bairros de Santa Luzia, dos Cotovelos e de Santo António, as árvores dispersas e a galeria ripícola do rio Xarrama, envolvendo a cidade a nascente.

Perante o enunciado, considera-se que a visibilidade deste elemento para o traçado será reduzida, induzindo a futura linha férrea um impacte visual de magnitude reduzida.

5.1.1.2 **Aqueduto da Água da Prata (9), Convento de Santa Helena do Monte Calvário (11) e Capela de Nossa Senhora do Ó (24)**

O Aqueduto, o Convento e a Capela situam-se na encosta noroeste da colina de Évora, apresentando bacias visuais potenciais que abrangem, respetivamente, o traçado sensivelmente entre os km 122+400 e 123+200, 120+900 e 122+900 e 121+400 e 123+000.

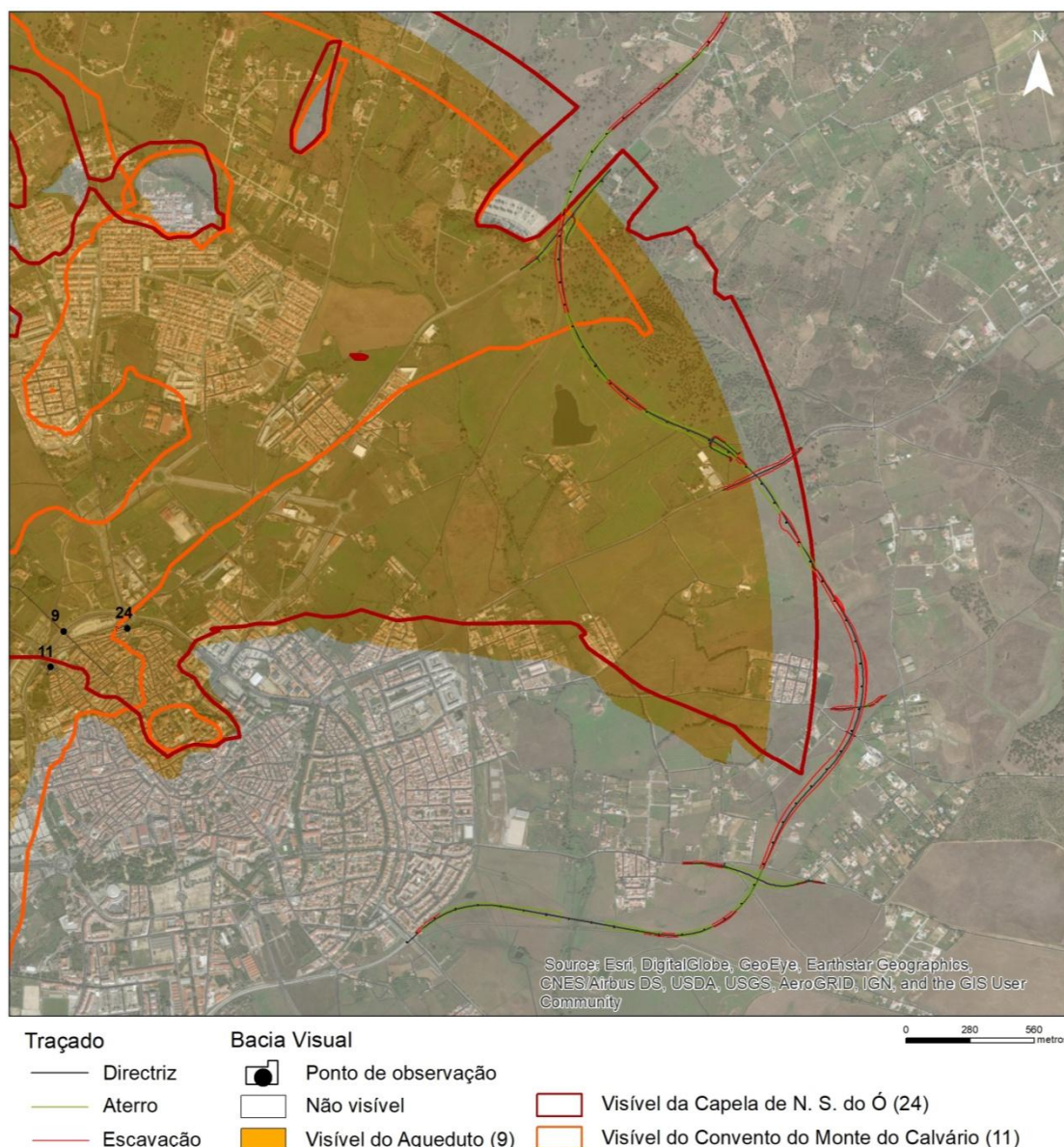


Figura 12 - Bacias visuais potenciais do Convento do Monte do Calvário, do Aqueduto da Água da Prata e da Capela de Nossa Senhora do Ó

Contudo, da análise das bacias visuais e da envolvente aos elementos patrimoniais referidos, verifica-se que não existe relação visual com o futuro traçado, quer do seu espaço envolvente, quer dos próprios edifícios, função da distância do troço visível, cerca de 2300 metros, e da presença de obstáculos ao alcance visual determinados pelas volumetrias do tecido edificado de Évora e construções periféricas, evidenciando-se, para além dos inúmeros elementos arbóreos dispersos, o morro e ruínas da Ermida de São Bartolomeu, a oficina/armazém Fialho e Irmão, a unidade de Saúde Familiar, a Direção Regional de Educação do Alentejo e o Dia Supermercados, bem como os bairros Frei Aleixo e das Pites.

Perante o enunciado, considera-se que a presença da futura linha não implicará um impacto visual para os elementos elencados.

5.1.1.3 Catedral - Sé de Évora (13)

A sé de Évora situa-se na área mais alta da cidade, apresentando do seu terraço uma bacia visual potencial que abrange o traçado sensivelmente desde o início ao km 123+100.

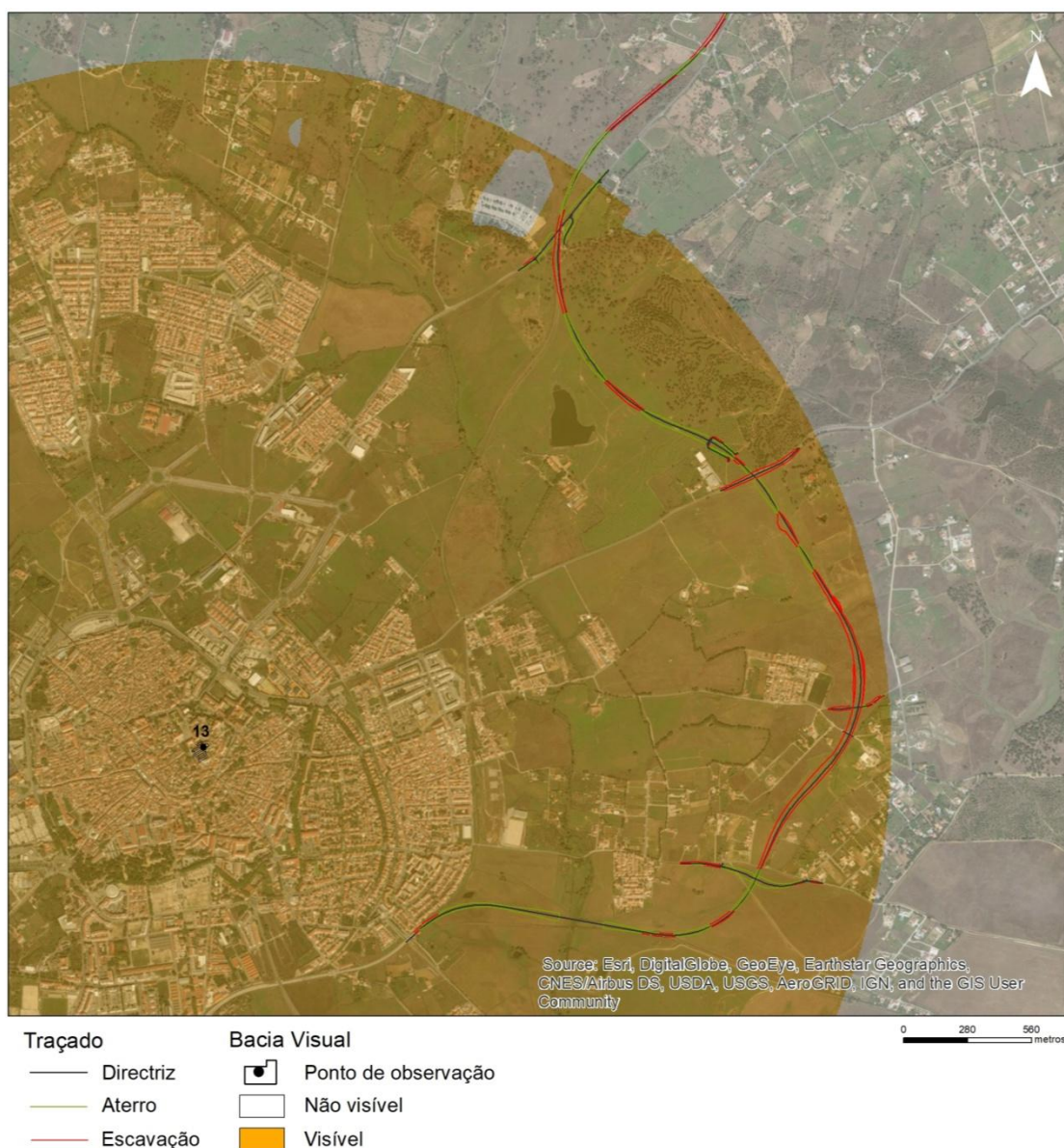


Figura 13 - Bacia visual potencial da Sé de Évora

Contudo, a sua fachada, assim como o espaço público envolvente (Largo Miguel de Portugal), encontram-se no lado oposto à área de implantação da linha férrea, não apresentando relação visual com esta.



Fotografia 24 - Relação visual da fachada da Sé com o traçado (fonte: Google Earth Pro)



Fotografia 25 - Vista do largo junto à fachada da Sé

O traçado apenas será visível do topo da Sé, espaço público visitável, numa extensão significativa. Porém, o troço visível, que coincide com o arco que se distancia da cidade, sensivelmente a partir do local onde este atravessa o rio Xarama, encontra-se a praticamente 2000 metros, distância a que este tipo de infraestruturas já não se evidencia de forma relevante da envolvente.

Acresce que o traçado neste troço se desenvolve, na sua maioria, em escavação ou adaptado à morfologia do terreno, sendo que as catenárias e os aterros do restabelecimento da Estrada dos Aliados, se diluem num território marcado pela presença de exemplares, maciços e alinhamentos arbóreos e volumes edificados, dos quais sobressaem os bairros de Santo António, Cotovelos e Santa Luzia.

Verificam-se apenas dois trechos mais expostos, coincidentes com o desenvolvimento do traçado nas encostas da elevação de Montinho de Ferro, entre os km 120+500 e 121+300 e 121+800 e 122+500, na qual a ocupação se restringe a culturas temporárias. Importa referir que a maioria do primeiro troço se desenvolve em escavação ou praticamente de nível com o terreno, minimizando a sua presença. Apenas na aproximação à nacional 254 é materializado um aterro que ronda os 6 metros de altura, de modo a permitir a passagem da estrada nacional sob a linha, sendo que no segundo trecho os aterros não excedem os 4 metros de altura.

Contudo, estes dois trechos localizam-se a mais de 2700 metros do elemento patrimonial, não se evidenciando de forma relevante da envolvente, conforma comprovam as figuras seguintes.



Figura 14 - Vista panorâmica para o trecho 1 – linha vermelha tracejada



Figura 15 - Vista panorâmica para o trecho 1 – linha vermelha tracejada

Perante o enunciado, considera-se que a visibilidade deste elemento para o traçado será reduzida, induzindo a futura linha férrea um impacte visual de magnitude reduzida.

5.1.1.4 Residência dos Cordovil (14), Chafariz das Portas de Moura (15) Convento de Nossa Senhora do Carmo (25) e Pequeno Aqueduto (2)

Estes quatro elementos patrimoniais situam-se na encosta sudeste da colina de Évora, apresentando bacias visuais potenciais que abrangem o traçado sensivelmente desde o seu início até ao km 122+900.

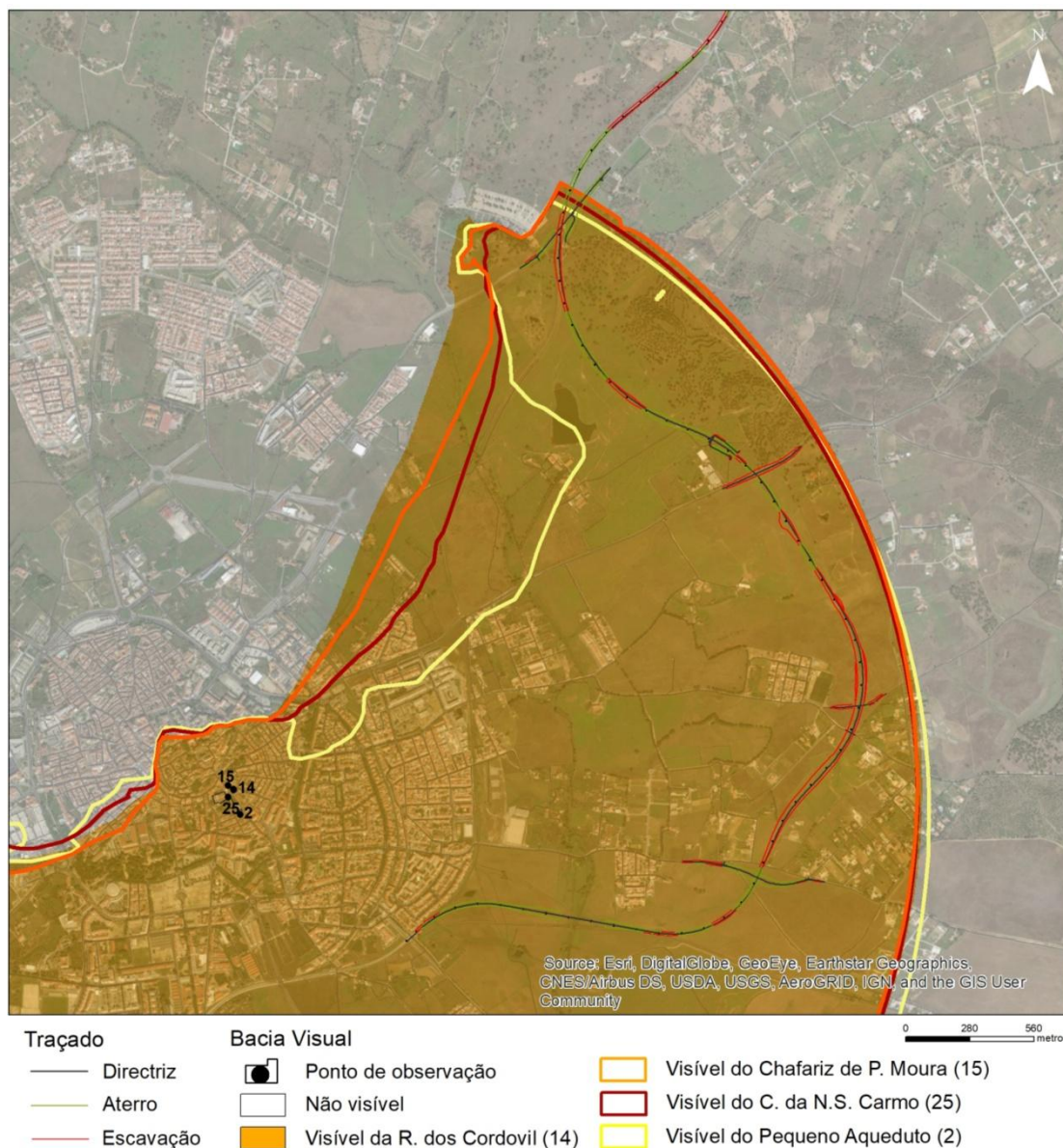


Figura 16 - Bacias visuais potenciais da residência dos Cordovil, do Chafariz das Portas de Moura, do Convento de Nossa Senhora do Carmo e do Pequeno Aqueduto

Contudo, da análise das bacias visuais e da envolvente aos elementos referidos, verifica-se que não existe relação visual com o futuro traçado, quer do seu espaço envolvente quer dos próprios edifícios, função da presença de obstáculos ao alcance visual determinados pelas volumetrias do tecido edificado de Évora, apresentando cérceas semelhantes ou superiores aos elementos patrimoniais considerados.



Fotografia 26 - Fotografias ilustrativas das bacias visuais circunscritas pelos edifícios circundantes

Perante o enunciado, considera-se que a presença da futura linha não implicará um impacte visual para os elementos elencados.

5.1.1.5 Casa de Garcia de Resende (28), Torre das Portas de Moura (29) e Igreja da Misericórdia de Évora (31)

Estes três elementos patrimoniais situam-se também na encosta sudeste da colina de Évora, a uma cota ligeiramente superior, apresentando bacias visuais potenciais que abrangem o traçado sensivelmente desde o seu início até ao km 122+500.

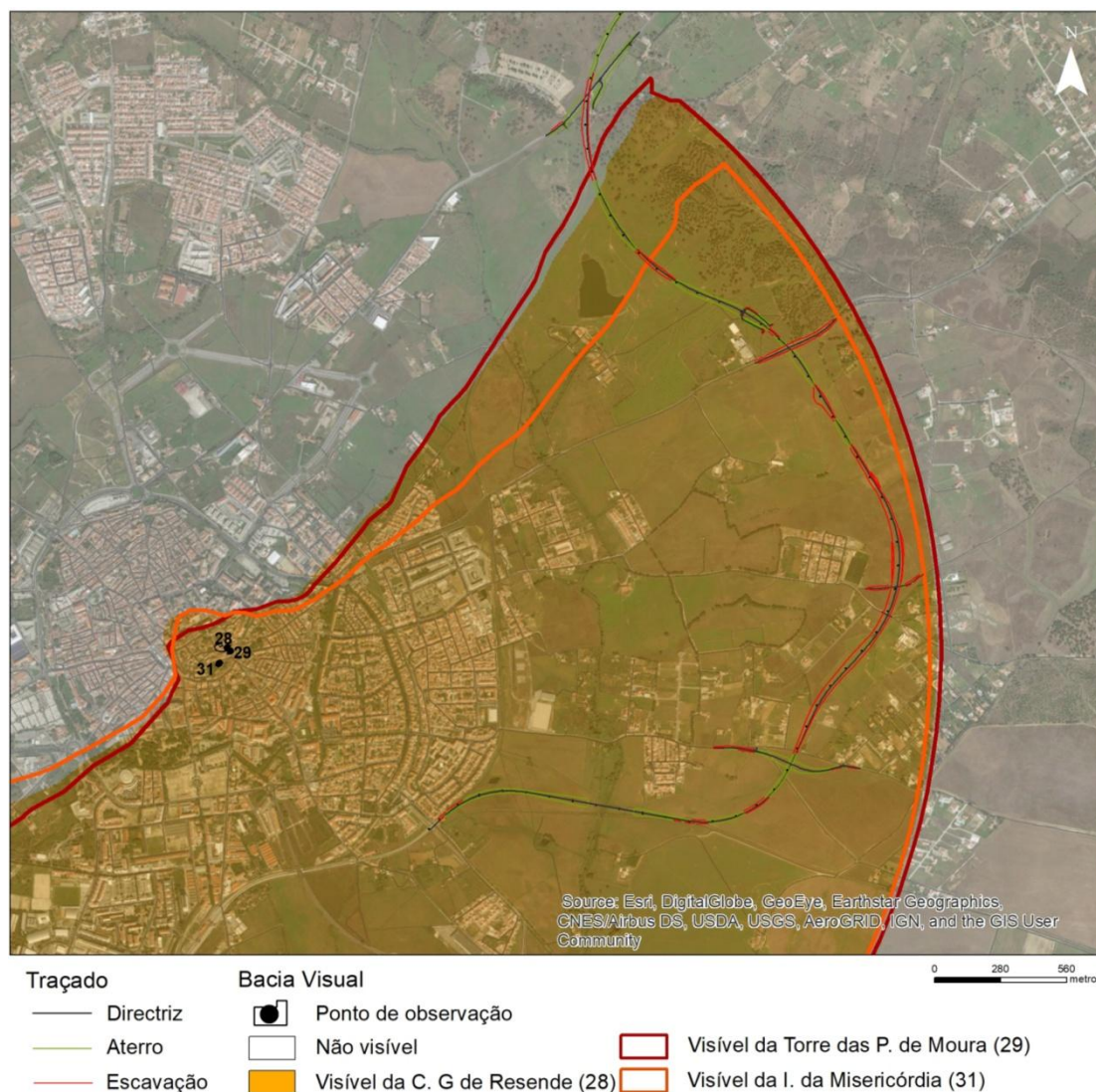


Figura 17 - Bacias visuais potenciais da Casa Garcia de Resende, da Torre das Portas de Moura e da Igreja da Misericórdia

Contudo, da análise das bacias visuais e da envolvente aos elementos referidos, verifica-se, à semelhança dos elementos a jusante, que não haverá relação visual entre estes e o futuro traçado, quer do espaço envolvente quer dos próprios edifícios, função da presença de obstáculos ao alcance visual determinados pelas volumetrias do tecido edificado de Évora.



Fotografia 27 - Fotografias ilustrativa das bacias visuais circunscritas pelos edifícios circundantes da Torre das Portas de Moura e da Casa Garcia de Resende (fonte:Google Earth)



Fotografia 28 - Fachada da Igreja da Misericórdia (orientada a sul) e rua onde esta se insere, marcada pela presença de edifícios que circunscrevem a sua bacia visual (fonte:Google Earth)

Perante o enunciado, considera-se que a presença da futura linha não implicará um impacte visual para os elementos elencados.

5.1.1.6 Colégio do Espírito Santo (16) e Seminário Maior de Évora

O Colégio e o Seminário situam-se na encosta nascente da cidade de Évora, apresentando uma bacia visual potencial que abrange o traçado sensivelmente entre os km 117+800 e 123+200.

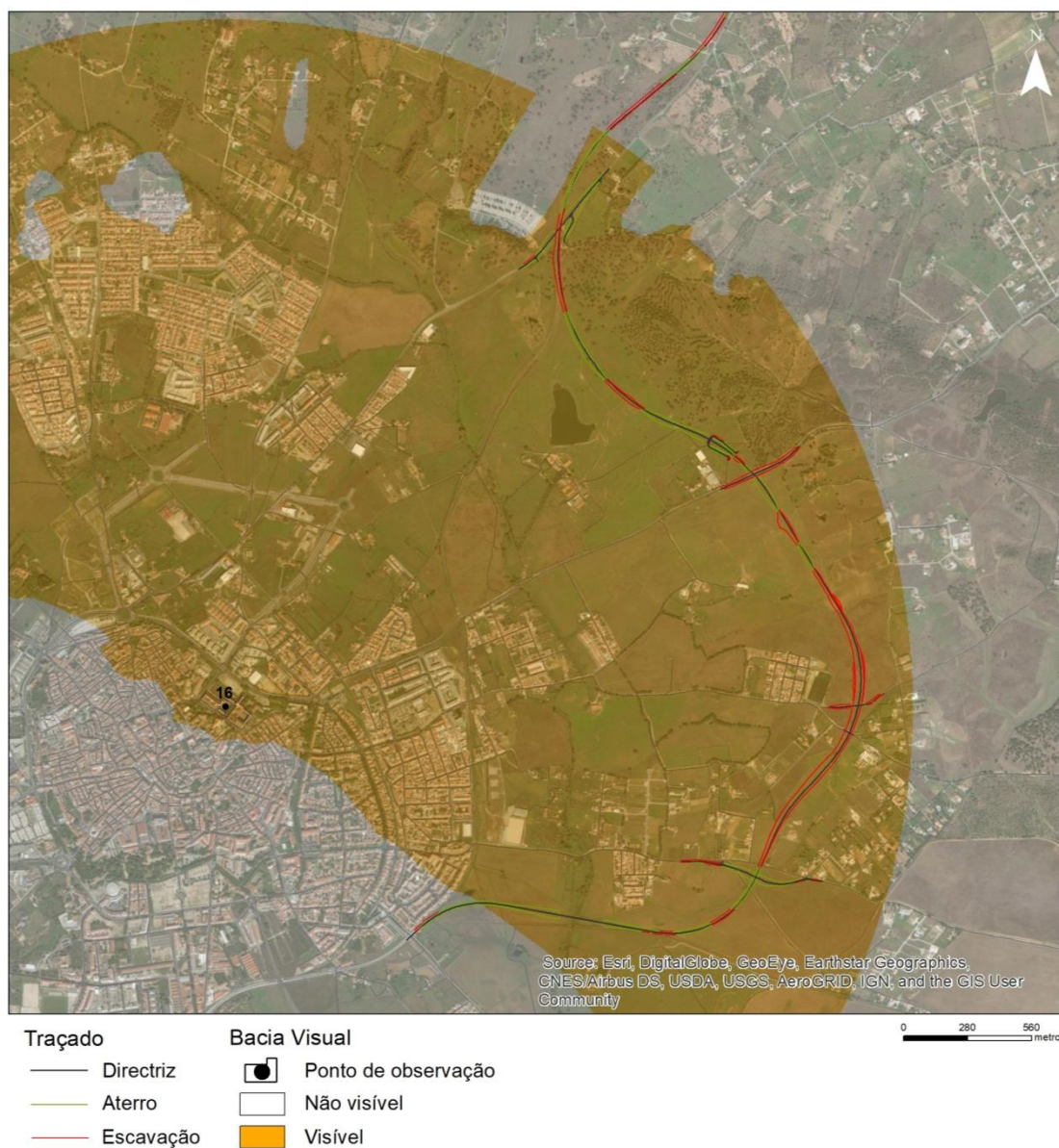


Figura 18 - Bacia visual potencial do Colégio do Espírito Santo e Seminário Maior de Évora

Contudo, da análise da bacia e da envolvente ao edifício, verifica-se que o troço visível será menor, coincidindo apenas com o arco do traçado mais distante da cidade, pela menor amplitude visual deste ponto para a base da colina de Évora e, simultaneamente, pela presença de volumes edificados com capacidade para impedir o prolongamento do eixo visual para a zona do troço inicial.

Verifica-se também que o traçado será visível apenas do largo junto à fachada da universidade (rua Cardeal Rei), do enfiamento da rua de José Estevão de Cordovil e dos edifícios (universidade e seminário) a partir das janelas da sua fachada nordeste. Na restante envolvente, ao nível do solo, não se prevê qualquer relação visual com a futura linha férrea, pela presença dos obstáculos ao alcance visual promovidos pelo tecido edificado e pelos alinhamentos arbóreos dos arruamentos.

Relativamente ao largo junto à fachada, constatou-se, na prospeção de campo, que a bacia visual se encontra muito condicionada pelos edifícios na envolvente, verificando-se que será visível apenas um trecho com cerca de 500 metros, sensivelmente entre os km 120+800 e 121+300. O mesmo sucede na extrema oposta, no enfiamento da rua José Estevão Cordovil, na qual será previsivelmente visível apenas o trecho entre os km 122+300 e 122+700, em parte coincidente com a linha férrea atual (ver figura 15).



Fotografia 29 - Visibilidade a partir do largo junto fachada principal do Colégio e no enfiamento da rua José Cordovil, fachada lateral do Seminário

No que se refere às fachadas nordeste da Universidade e Seminário, com potencial visibilidade para um troço mais significativo, dada a maior amplitude visual dos pisos mais altos deste edifício, verifica-se que à semelhança do descrito para a Sé se evidenciam sobretudo os dois troços entre os 120+500 e 121+300 e 121+800 e 122+500. Porém, estas bacias encontram-se nitidamente mais condicionadas do que a da Sé, pela estrutura e composição das suas várias volumetrias: existem na ala nascente dois corpos perpendiculares à fachada exposta e o volume da ala poente encontra-se recuado. Acresce a presença de elementos arbóreos de dimensões consideráveis no pátio exterior da universidade, impedindo a visibilidade da maioria das janelas presentes na fachada orientada a nascente.

Refere-se ainda, que os troços visíveis, de qualquer um dos pontos de observação descritos, se encontram a mais de 2000 metros, distância a partir da qual uma infraestrutura desta tipologia não se evidencia de forma relevante na paisagem.



Figura 19 - Imagem tridimensional dos edifícios da Universidade e Seminário Maior de Évora

Perante o enunciado, considera-se que a visibilidade deste elemento para o traçado será reduzida, induzindo a futura linha férrea um impacte visual de magnitude reduzida.

5.1.1.7 Templo romano de Évora (17) e Palácio da Inquisição (19)

Estes dois elementos patrimoniais situam-se na área mais alta da cidade, mais concretamente no largo do Conde de Vila Flor, encontrando-se o templo romano na zona central e o palácio na lateral poente, apresentando bacias visuais potenciais que abrangem o traçado sensivelmente entre os km 119+700 e 123+000.

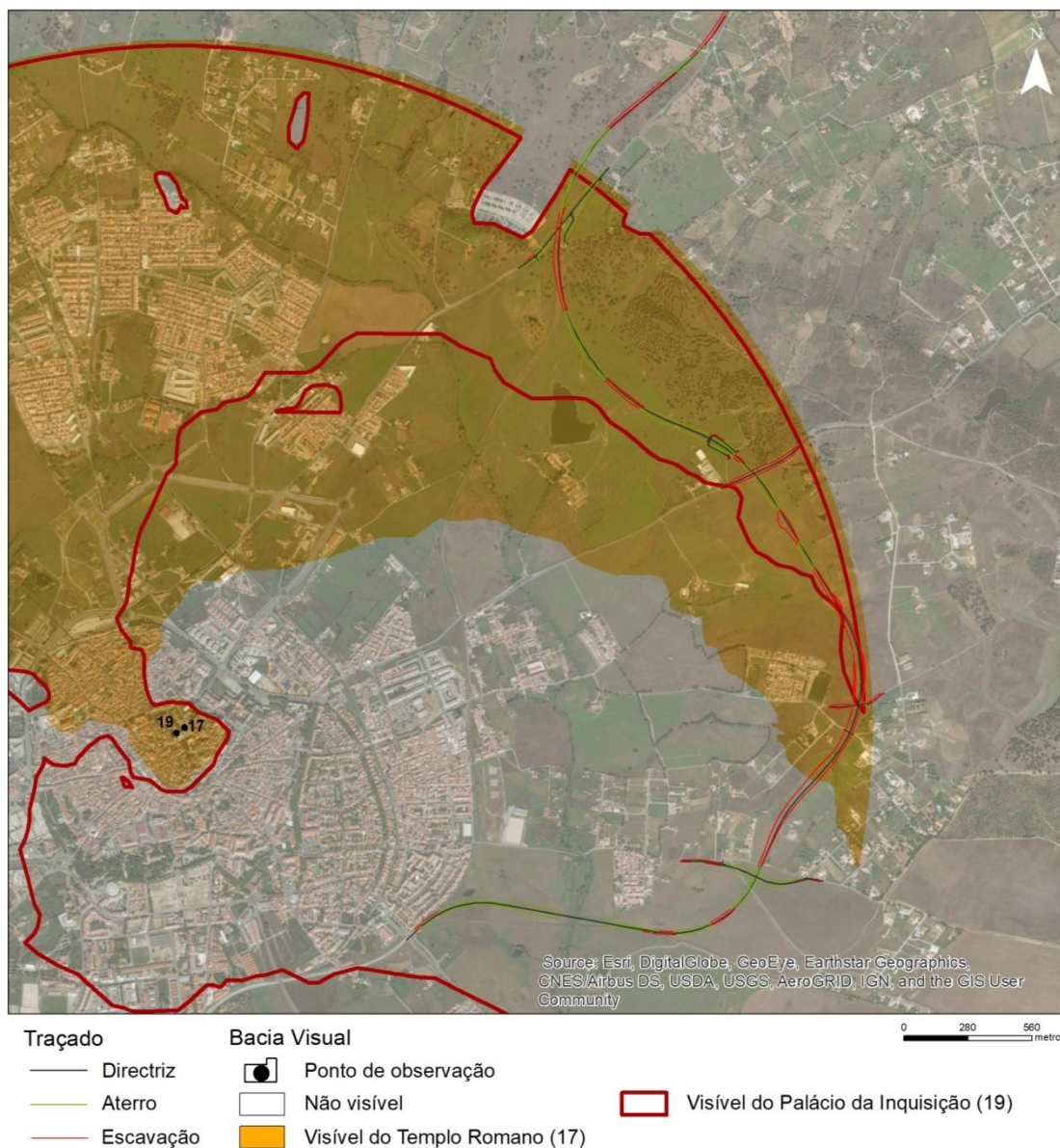


Figura 20 - Bacias visuais potenciais do Templo Romano e do Palácio da Inquisição

Contudo, da análise das bacias visuais e da prospeção de campo, verifica-se que não existe relação visual com o futuro traçado, quer do seu espaço envolvente quer dos próprios edifícios, função da presença de obstáculos ao alcance visual determinados pelas volumetrias do tecido edificado de Évora, nomeadamente da linha edificada materializada pelo Palácio dos Duques de Cadaval, Igreja e Convento dos Loios.

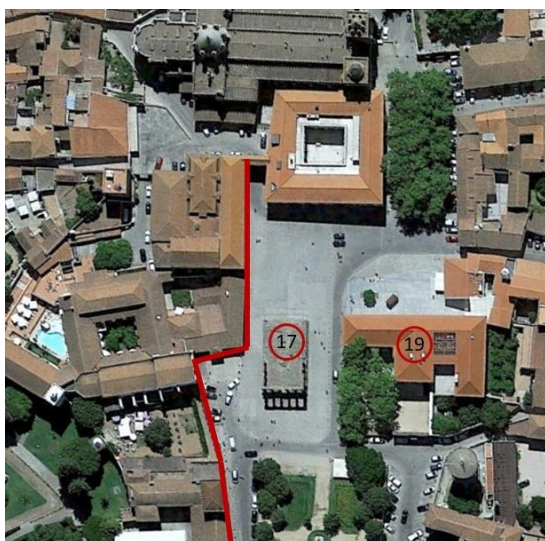
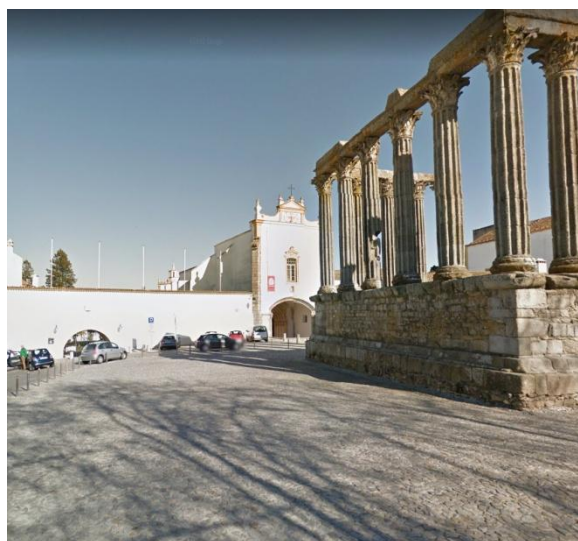


Figura 21 - Imagem ilustrativa das bacias visuais circunscritas pelos edifícios circundantes (linha vermelha)



Fotografia 30 – Templo Romano com Igreja dos Loios no eixo visual para o traçado

Perante o enunciado, considera-se que a presença da futura linha não implicará um impacto visual para os elementos elencados.

5.1.1.8 Igreja e Convento dos Loios (18) e Palácio dos Duques de Cadaval (20)

A Igreja, o Convento e o Palácio situam-se no topo da encosta nascente da cidade de Évora, apresentando uma bacia visual potencial que abrange o traçado sensivelmente entre os km 119+200 e 123+000.

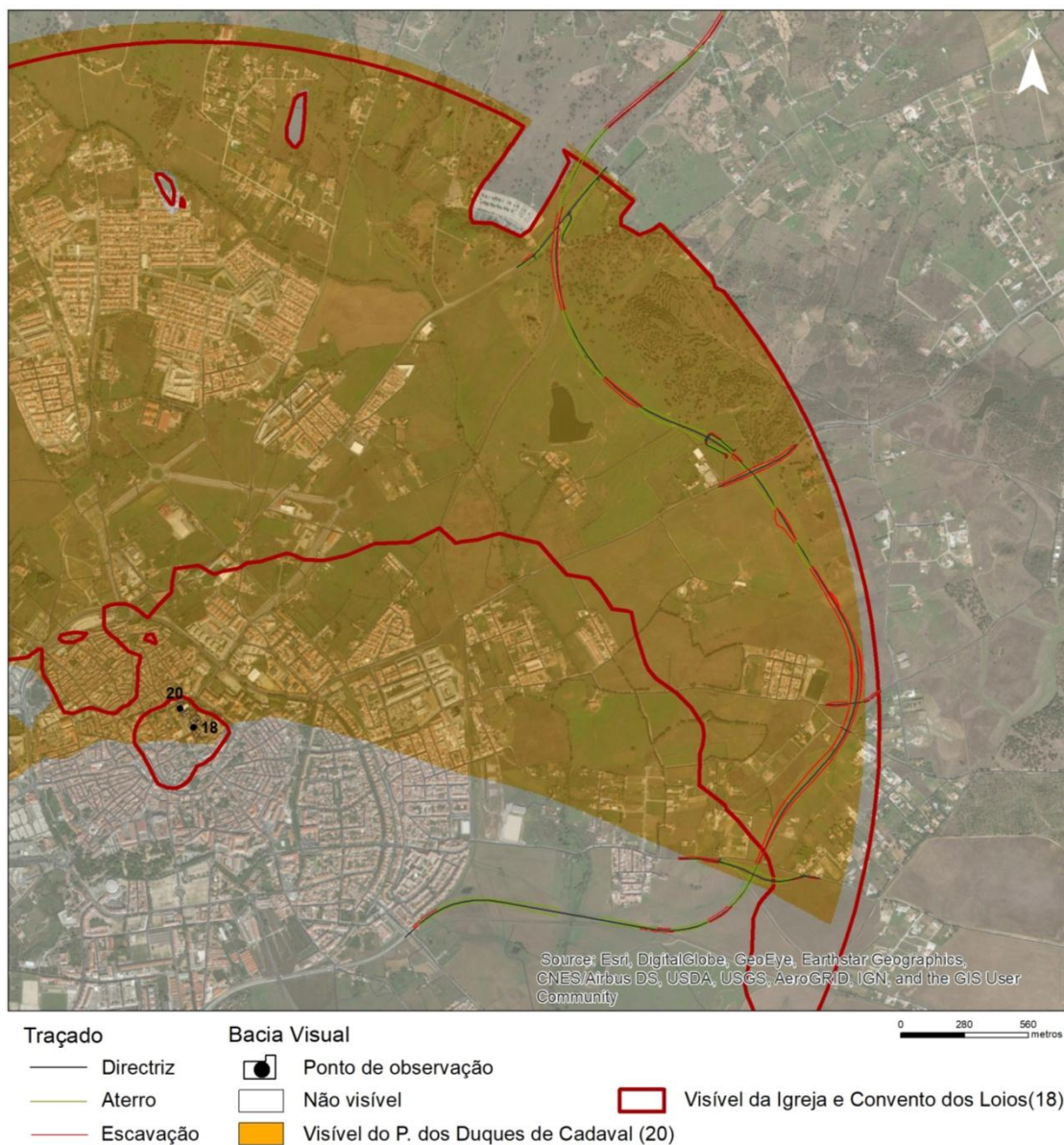


Figura 22 - Bacias visuais potenciais do Palácio dos Duques de Cadaval e da Igreja e Convento dos Loios

Contudo, o troço visível encontra-se a mais de 2300 metros, distância a partir da qual uma infraestrutura desta tipologia não se evidencia de forma relevante na paisagem.

Acréscce que, embora este conjunto de edifícios apresente uma potencial elevada amplitude visual sobre a área de desenvolvimento do projeto, se constata pela análise da bacia visual e estrutura do edificado que, da maioria dos seus espaços, as bacias visuais se encontram condicionadas por volumes do próprio edifício ou dos edificados adjacentes e por elementos e maciços arbóreos, evidenciando-se as manchas arbóreas do jardim dos Colegiais, defronte do palácio de Cadaval e

respetivo jardim, o corpo que sustenta a galeria no tardo do convento e a *loggia* do Palácio Condes de Basto, conforme se pode visualizar na figura seguinte.



Figura 23 - Imagem tridimensional da volumetria da Igreja, Convento e Palácio



Fotografia 31 - Visibilidade dos jardins do Palácio e do Convento (Pousada – fonte: lifecooler)

Perante o enunciado, considera-se que a visibilidade deste elemento para o traçado será reduzida, induzindo a futura linha férrea um impacte visual de magnitude reduzida.

5.1.1.9 Palácio dos Condes de Basto (21) e Ermida de São Miguel (26)

O Palácio dos Condes de Basto e a Ermida de S. Miguel localizam-se na encosta nordeste de Évora, apresentando uma bacia visual potencial que abrange o traçado sensivelmente desde o início ao km 123+100. Entre estes elementos existe um pátio, também orientado para a zona de desenvolvimento do traçado.

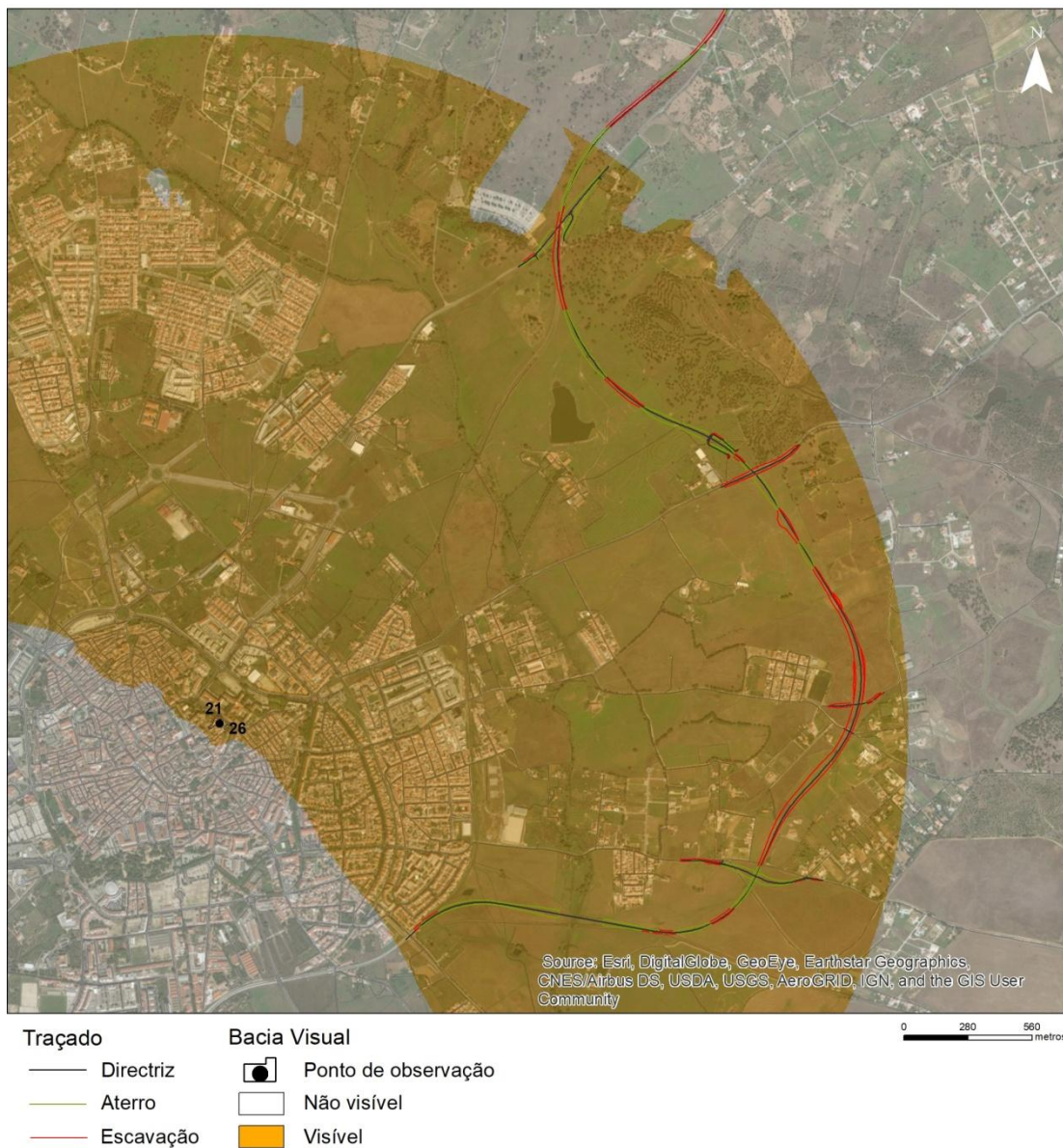


Figura 24 - Bacia visual potencial do Palácio dos Condes de Basto e da Ermida de São Miguel

Contudo, o trecho visível será menor do que o identificado na cartografia, uma vez que o tecido edificado circunscreve a bacia visual deste elemento, prevendo-se que seja visível apenas o arco do traçado que se distancia da cidade de Évora. Este encontra-se a mais de 2200 metros, distância a partir da qual uma infraestrutura desta tipologia não se evidencia de forma relevante na paisagem. Importa referir que, do pátio, apenas se consegue visualizar um trecho do traçado, sensivelmente entre os km 121+700 e 122+400, e de forma descontínua, pela presença de obstáculos no campo visual como os volumes da universidade e elementos arbóreos, conforme se pode verificar na fotografia seguinte.

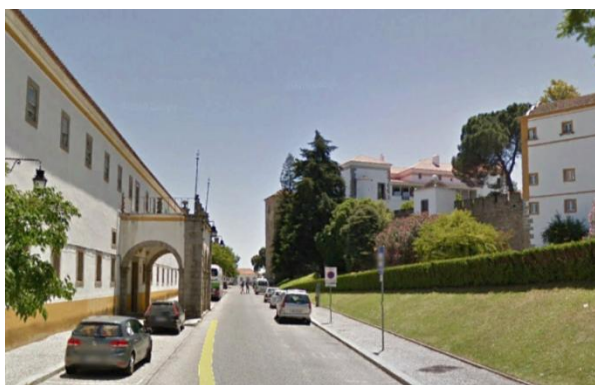


Fotografia 32 – Visibilidade a partir do Pátio – traçado a tracejado vermelho

Perante o enunciado, considera-se que a visibilidade deste elemento para o traçado será reduzida, induzindo a futura linha férrea um impacte visual de magnitude reduzida.

5.1.1.10 Muralhas – Jardim de Diana (30)

Da análise das duas linhas de muralhas que cercam a cidade, nas encostas potencialmente afetadas visualmente pela introdução do projeto (NE, E e SE), verifica-se que a generalidade apresenta a sua bacia visual circunscrita pela presença de volumes edificados e alinhamento e maciços arbóreos na envolvente. São exemplo os fragmentos da cerca velha presentes ao longo do jardim dos Colegiais a muralha (cerca nova) que se desenvolve ao longo da Avenida Manuel Trindade Salgueiro.



Fotografia 33 - Fragmentos da Cerca Velha ao longo da rua Largo dos Colegiais e Cerca Nova ao longo da Avenida Manuel Trindade Salgueiro (fonte: Google Earth)

Identificam-se apenas dois troços com potencial visibilidade para a futura linha férrea: o troço que ladeia a rua José Estevão de Cordovil, já analisada no âmbito do Colégio do Espírito Santo e Seminário Maior, e o trecho na extrema nordeste do jardim de Diana.

Este fragmento de muralha constitui o suporte do jardim de Diana sobrelevado à cota do largo onde se localiza o Templo Romano, no topo da cidade de Évora, apresentando uma bacia visual potencial que abrange o traçado sensivelmente entre os km 120+200 e 123+000.

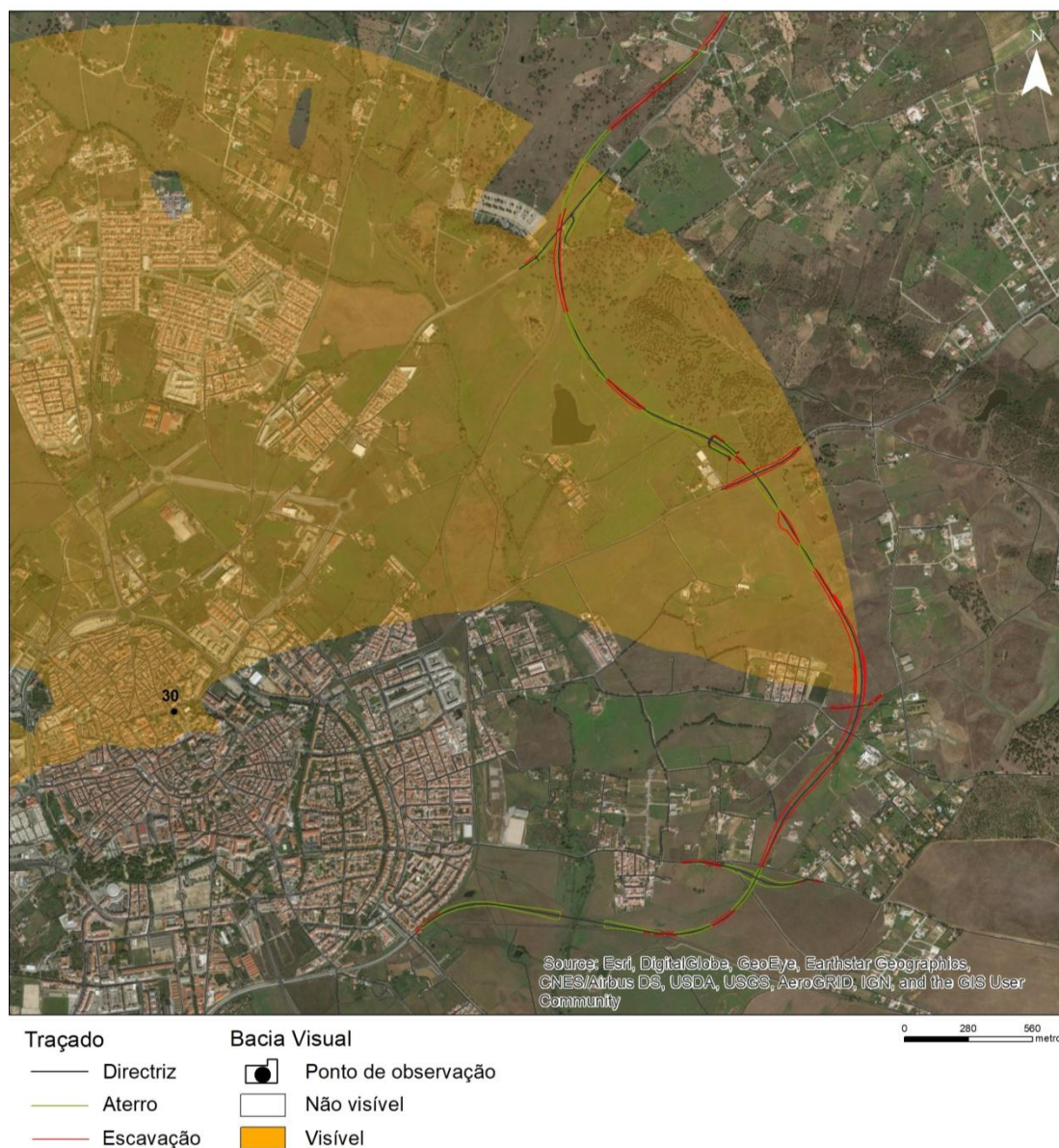


Figura 25 - Bacia visual potencial do fragmento de Muralha e Jardim de Diana

Contudo, da análise da bacia visual e da prospeção de campo, verifica-se que esta se manifesta muito condicionada pelo tecido edificado envolvente, com maior relevância, pela sua volumetria, para a torre das Cinco Quinas. À cota da base da muralha prevê-se que a futura linha férrea não seja visível, pela distância a que se encontra, superior a 2300 metros, e pela reduzida amplitude visual deste ponto. Apenas à cota superior, na extrema do jardim, se afigura possível distinguir-se um trecho do traçado apesar da distância a este e das volumetrias que se entropõem no eixo visual.

Importa referir que o trecho potencialmente visível apresenta uma extensão reduzida, circunscrevendo-se à zona em que o traçado conflui na atual linha férrea (km 122+500 a 122+800), a uma distância que não se evidencia da envolvente.



Fotografia 34 - Visibilidade a partir do Jardim de Diana

Perante o enunciado, considera-se que a visibilidade deste elemento para o traçado será reduzida, induzindo a futura linha férrea um impacte visual de magnitude reduzida.

6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO IMPACTE VISUAL DO PROJETO EM ESTUDO

Apresenta-se neste capítulo uma síntese do impacto visual que o projeto representa no Bem Patrimonial e consequentemente a afetação nos atributos que conferem o Valor Universal Excecional (VUE) ao Centro Histórico de Évora.

A classificação do impacto foi considerada tendo em conta o Valor **Muito Elevado** associado a este Bem patrimonial, de acordo com as orientações do ICOMOS que o classificam de acordo com a escala de significância apresentada no Quadro 3.

Para avaliar a magnitude do impacto visual nos atributos de VUE, foram seguidos os parâmetros indicados no quadro 5 e o estudo das visibilidades efetuado e atrás exposto.

Quadro 6 – Síntese da classificação de impactes visuais do projeto no Centro Histórico de Évora

ATRIBUTOS QUE CONFEREM VUE AO BEM PATRIMONIAL	MAGNITUDE DO IMPACTE VISUAL	SIGNIFICADO DO IMPACTE VISUAL
Centro histórico	Reduzida	Ligeiro
Regimento dos Dragões (4)	Reduzida	Ligeiro
Aqueduto da Água da Prata (9), Convento de Santa Helena do Monte Calvário (11) e Capela de Nossa Senhora do Ó (24)	Nulo	Neutro
Sé – Catedral de Évora (13)	Reduzida	Ligeiro
Residência dos Cordovil (14), Chafariz das Portas de Moura (15) Convento de Nossa Senhora do Carmo (25) e Pequeno Aqueduto (2)	Nulo	Neutro
Casa de Garcia de Resende (28), Torre das Portas de Moura (29) e Igreja da Misericórdia de Évora (31)	Nulo	Neutro
Colégio do Espírito Santo (16) e Seminário Maior de Évora	Reduzida	Ligeiro
Templo romano de Évora (17) e Palácio da Inquisição (19)	Nulo	Neutro
Igreja e Convento dos Loios (18) e Palácio dos Duques de Cadaval (20)	Reduzida	Ligeiro
Palácio dos Condes de Basto (21) e Ermida de São Miguel (26)	Reduzida	Ligeiro
Muralhas (30) e Jardim de Diana	Reduzida	Ligeiro

Numa perspetiva global, o projeto da linha Ferroviária Évora e Évora Norte – Variante de Évora não induz alterações expressivas no campo visual do Centro Histórico de Évora e respetiva Zona de Proteção que se possam traduzir numa desvalorização assinalável deste Bem ou a sua desclassificação.

De facto, na sua génese, a classificação do Centro Histórico, em 1986 ocorreu com a Linha de Évora já presente e em funcionamento.

O Centro Histórico em si, materializado não só pelos seus elementos notáveis, mas também pela arquitetura menor (casario), responsável por conferir ao conjunto patrimonial uma unidade e identidade singular e única, não apresenta relação visual relevante com a paisagem envolvente e, consequentemente, com área de desenvolvimento da futura linha férrea.

Acresce, que dos pontos de observação estratégicos, associados a elementos notáveis do tecido edificado, se verificou, da análise das bacias visuais, que o traçado da linha Ferroviária apenas poderá ser apreendido em pequenas extensões, sem grande nitidez e clareza, a uma distância superior a 2000 metros, que se comprovou na visita de campo ser suficiente para a futura infraestrutura não se evidenciar da paisagem envolvente, induzindo assim impactes visuais reduzidos a muito reduzidos.

Adicionalmente, da leitura da classificação do bem como Património Mundial da UNESCO, percebe-se que o mesmo é considerado com VUE enquanto património histórico e cultural. A paisagem enquanto justificação para o VUE, encontra-se associada ao perfil da cidade vista da periferia, a qual não está sujeita a interferências induzidas pelo projeto. Todos os principais pontos de vista da envolvente para a cidade se mantêm bem conservados.

Considera-se, portanto, que o **significado do impacte visual é neutro a ligeiro, sem alteração relevante da integridade visual e contexto cénico.**

É importante referir que as minimizações dos impactes identificados no EIA, com a adoção das medidas de minimização apresentadas nesse documento, em especial a implementação do Projeto de Integração Paisagística, contribuirão para o enquadramento e diluição do projeto na paisagem envolvente e consequentemente para a redução da identificação do mesmo a partir do conjunto classificado.

Em Anexo ao presente relatório apresenta-se a Ficha de Inventário que resume as características do Bem Patrimonial em análise dos impactes resultantes do projeto.

7 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

A reavaliação dos impactes do traçado fixado em projeto de execução sobre o Centro Histórico da Cidade de Évora, concluiu que os impactes, meramente visuais, para este conjunto patrimonial, serão globalmente reduzidos, dada a distância a que se encontra a área de desenvolvimento do traçado, identificando-se escassos pontos da cidade com amplitude visual para visualizar a futura linha férrea, ainda assim com algumas limitações na extensão visível e na acuidade visual com que será apreendida.

Estes pontos coincidem com:

- O telhado/terraço da Sé/Catedral de Évora – apresentando visibilidade para 2 trechos entre os km 120+500 e 121+300 e 121+800 e 122+500;
- O largo junto à fachada principal da Igreja do Colégio do Espírito Santo – apresentando visibilidade para 1 trecho entre os km 120+800 e 121+300.
- As fachadas nascente do Colégio do Espírito Santo e Seminário Maior de Évora – apresentando visibilidade para 2 trechos entre os km 120+500 e 121+300 e 121+800 e 122+500;
- O Enfiamento da rua José Estevão Cordovil – apresentando visibilidade para 1 trecho entre os km 122+300 e 122+700;
- O Palácio e Pátio dos Condes de Bastos – apresentando visibilidade para 1 trecho entre os km 121+700 e 122+400;
- O Jardim de Diana – apresentando visibilidade para 1 trecho entre os km 122+500 a 122+800.

Nestas situações específicas deverão ser adotadas, no âmbito do Projeto de Integração Paisagística, medidas que permitam minimizar a intrusão visual determinada pelas ocorrências de projeto mais gravosas, ou seja, aquelas que poderão evidenciar-se de forma mais relevante no ambiente visual atual, nomeadamente: as Passagens Superiores, associadas geralmente a aterros com dimensões mais significativas, e outros aterros relevantes pela sua altura e extensão.

Considera-se que as medidas mais adequadas à minimização dos impactes visuais gerados pela presença dos elementos exógenos identificados, são, neste caso específico, as que recorrem à utilização da vegetação como elemento que se assume simultaneamente como barreira visual, dissimulando as ocorrências gravosas, e como elemento que enquadra, integra e valoriza a paisagem.

Estas medidas deverão ser previstas no âmbito do PIP, recorrendo a sementeiras e plantação de maciços e/ou cortinas arbóreo-arbustivas, utilizando sempre vegetação autóctone presente na envolvente, de modo a não descaracterizar a paisagem.

O PIP deverá ter em conta as medidas específicas de segurança das linhas férreas no que se refere à vegetação, assim como os recentes diplomas que visam a proteção da floresta, assim como de pessoas e bens, contra os incêndios, dos quais se destacam o Decreto-Lei n.º 124/2006 republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, de 28 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 10/2018 de 14 de fevereiro.

Importa referir por fim, que os pontos de observação coincidentes com elementos patrimoniais elencados, por se assumirem como os locais mais expostos à futura linha férrea e, consequentemente, aos impactes por esta gerados, serão também os locais seleccionados para o Plano de Monitorização que avaliará o sucesso das medidas de minimização preconizadas e a necessidade de medidas corretivas adicionais durante a fase de exploração.

8 PLANO DE MONITORIZAÇÃO

8.1 Introdução e Objetivos

Este capítulo tem como intuito a apresentação do Programa de Monitorização da Paisagem incluída na bacia visual do Centro Histórico de Évora face à implantação da linha Férrea Évora – Évora Norte – Variante de Évora, com desenvolvimento ao largo deste conjunto edificado consagrado Património Mundial da Humanidade com Valor Universal Excecional.

Este Plano de Monitorização tem como objetivo avaliar e comprovar a eficácia das medidas de minimização previstas para mitigar os impactes visuais sobre o Bem Patrimonial, assim como averiguar se existem trechos, para além dos identificados no presente relatório, que na fase de exploração se evidenciem de forma relevante no ambiente visual da bacia visual do Centro Histórico de Évora, que exijam a adoção de novas medidas de minimização.

Será efetuado um conjunto de avaliações periódicas, de forma a identificar, acompanhar e avaliar a implementação da linha férrea no território, bem como do Projeto de Integração Paisagística (**Tomo 17.6**), principal medida de minimização no que se refere à Paisagem.

O Plano de Monitorização segue as orientações indicadas no Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, dos quais se destacam como relevantes para o presente plano:

- Parâmetros a monitorizar;
- Locais de amostragem;
- Frequência das amostragens;
- Materiais necessários;
- Registo de dados e análise.

A estes acrescem, da devida adaptação do Plano à especificidade do projeto:

- Periodicidade dos relatórios;
- Medidas de minimização a adotar na sequência dos resultados do PM.

O presente capítulo é também reproduzido no **Tomo 17.5 - Programa Geral de Monitorização** que agrega os vários planos de monitorização apresentados para o projeto em causa.

8.2 Indicadores e Ações do Plano

8.2.1 Parâmetros a monitorizar

De acordo com os objetivos preconizados no âmbito do presente Plano os parâmetros a monitorizar selecionados são os seguintes:

- **Verificar a eficácia das medidas de minimização previstas para dissimulação visual da linha férrea**

Este parâmetro deve avaliar se as medidas de minimização adotadas para minimizar os impactos visuais determinados pela linha férrea são suficientes para evitar a afetação do ambiente visual apreendido pelo Centro Histórico de Évora.

A avaliação deste parâmetro está relacionada com a verificação da capacidade de dissimulação visual das diversas intervenções preconizadas no âmbito do Projeto de Integração Paisagística, nos trechos identificados como visíveis dos vários pontos de observação com potencial visibilidade presentes no Centro Histórico de Évora.

- **Verificar se existem trechos adicionais indutores de impactos visuais relevantes na bacia visual do Centro Histórico de Évora, que exijam a adoção de novas medidas de minimização**

Este parâmetro deve avaliar se existem trechos, para além dos identificados no presente relatório, que na fase de exploração se evidenciem de forma relevante no ambiente visual da bacia visual do Centro Histórico de Évora, que exijam a adoção de novas medidas de minimização.

A avaliação deste parâmetro está relacionada com a visibilidade real aferida *in situ* do projeto, a partir de pontos de observação selecionados – Locais de Amostragem, verificando se os trechos indutores de impactos visuais relevantes se circunscrevem aos já identificados na análise das bacias visuais elaboradas na avaliação de impactos visuais em projeto de execução.

8.2.2 Locais de amostragem

Os locais de amostragem devem corresponder aos pontos com potencial visibilidade para a futura infraestrutura, identificados na reavaliação de impactos visuais do projeto de execução, nomeadamente:

- O telhado/terraço da Sé/Catedral de Évora;
- O largo junto à fachada principal da Igreja do Colégio do Espírito;
- O piso superior da fachada nascente do Colégio do Espírito Santo;
- O piso superior do Seminário Maior de Évora;
- O Enfiamento da rua José Estevão Cordovil;

- O Palácio e Pátio dos Condes de Bastos;
- O Jardim de Diana.

Os pontos de controlo em cada uma das localizações elencadas devem ser representativos dos locais a monitorizar e deverão manter-se fixos ao longo do tempo de monitorização, aconselhável por um período de 5 anos.

8.2.3 Frequência das amostragens

A monitorização deverá abranger 3 fases distintas:

- A primeira fase – realizada antes do início da construção da infraestrutura, de modo a fixar a situação de referência e permitir comparar com as fases subsequentes, incluindo:
 - Uma amostragem imediatamente antes do início dos trabalhos
- A segunda fase – realizada durante o período de construção, permitindo aferir a real visibilidade das intervenções e verificar se existem trechos adicionais que exijam medidas de minimização não previstas, assim como para avaliar o cumprimento das intervenções previstas no PIP. Esta amostragem inclui:
 - Uma amostragem no final da obra
 - Uma amostragem no início da implementação do PIP - verificação da sua correta implementação
- A terceira fase – realizada após a construção e implementação do Projeto de Integração Paisagística, que inclui:
 - Uma amostragem anual pelo menos durante cinco anos, sendo necessário avaliar, terminado este período, se subsistem impactes visuais relevantes causados pela infraestrutura, devendo esta fase deve ser prolongada até que os mesmos estejam devidamente dissimulados/minimizados.

8.2.4 Materiais necessários

Os materiais necessários para a monitorização, para além dos humanos, são um GPS, garantindo que as observações são sempre realizadas num ponto exato e georreferenciado, uma máquina fotográfica e Software SIG para registar as observações.

O responsável pela monitorização deverá ter acesso aos seguintes documentos e cartografia:

- Estudos de caracterização da situação de referência – Paisagem
- Relatório de Reavaliação dos impactes sobre o Centro Histórico de Évora
- Projeto de Execução da Linha Férrea – Peças Escritas e Desenhadas
- Projeto de Integração Paisagística
- Cartas Militares à escala 1:25.000

- Ortofotomapas

8.2.5 Registo de Dados e análise - Relatório

O registo dos dados observados e sua análise deverão ser apresentados em relatórios, em correspondência com as várias monitorizações elaboradas ao longo das três fases:

- 1ª Fase – Situação de Referência
 - 1º Relatório Técnico – destinado a caracterizar a situação de referência que consistirá num aprofundamento da análise da visibilidade de cada um dos pontos de observação já identificados e analisados no âmbito da Reavaliação de Impactes Visuais sobre o Centro Histórico de Évora. Este relatório deverá incluir um levantamento fotográfico exaustivo das bacias visuais dos pontos de observação referidos, termo de comparação para as análises subsequentes.
- 2ª Fase – Término da construção – Implementação do PIP
 - 2º Relatório Técnico – destinado a caracterizar o ambiente visual após a conclusão da obra, analisando a real visibilidade dos pontos de observação para o projeto e avaliando se as medidas preconizadas no PIP são adequadas. Avaliação da existência de trechos adicionais, indutores de impactes visuais relevantes na bacia visual do Centro Histórico de Évora, que exijam a adoção de novas medidas de minimização. Deverá ser elaborado novo levantamento fotográfico dos pontos já adotados no 1º Relatório – Situação de Referência.
 - 3º Relatório Técnico – destinado a avaliar a implementação do Projeto de Integração Paisagística nos trechos visíveis do Centro Histórico de Évora. Neste âmbito deverá ser avaliado se todas as intervenções previstas foram corretamente implementadas, verificando, entre outros, se todas as sementeiras e plantações foram executadas, e no período do ano correto, e se a vegetação utilizada corresponde às espécies indicadas e apresenta as características previstas nas Condições Técnicas do PIP, nomeadamente no que se refere aos seus parâmetros dendrométricos. Deverá ser elaborado levantamento fotográfico das intervenções do PIP nos trechos visíveis dos pontos de amostragem.
- 3ª Fase – Fase de Exploração
 - 4º a 8º Relatório – destinado a analisar a evolução da Integração Paisagística nos trechos visíveis do Centro Histórico de Évora, avaliando o sucesso das intervenções e a necessidade de novas ações, no caso de insucesso. Deverão ser elaborados novos levantamentos fotográficos dos pontos de amostragem já adotados nos relatórios anteriores, bem como dos trechos de intervenção do PIP capturados no Relatório 3, de modo a avaliar a evolução das intervenções preconizadas no PIP.

- Relatório Final – destinado a apresentar uma síntese de todos os relatórios elaborados no âmbito da monitorização e as conclusões finais.

Todos os relatórios deverão abordar a necessidade de medidas adicionais para minimização dos impactes observados e a adequabilidade dos pontos de amostragem e outros parâmetros ou indicações do presente Plano de Monitorização.

9 BIBLIOGRAFIA

9.1 Geral

- [9.1] ARQPAIS (2017). Estudo de Impacte Ambiental da Ligação Ferroviária Évora – Évora Norte – Variante de Évora.
- [9.2] BRANCO, M. (1993). Chafariz das Portas de Moura. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.3] BRANCO, M. (1993). Convento dos Lóios. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.4] CAETANO, J. (2005). Casa Cordovil. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.5] CAETANO, J. (2005). Quartel dos Dragões. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.6] C.M.Évora – Convento de Santa Helena do Monte Calvário. Disponível em <https://www.cm-evora.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.7] C.M.Évora – Convento de Nossa Senhora do Carmo. Disponível em <https://www.cm-evora.pt>. [Consultado em agosto de 2018].
- [9.8] C.M.Évora – Quartel dos Dragões. Disponível em <https://www.cm-evora.pt>. [Consultado em agosto de 2018].
- [9.9] C.M.Évora – Pequeno Aqueduto de Água Canalisada. Disponível em <https://www.cm-evora.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.10] C.M.Évora – Pequeno Aqueduto da Água da Prata. Disponível em <https://www.cm-evora.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.11] DIAS PEREIRA, C. (2015). Repercussões no Espaço Público de Évora decorrentes da sua Patrimonialização – a Praça do Giraldo e o Parque da Malagueira. Tese de Mestrado Universitat de Barcelona.

- [9.12] DGPC – Centro Histórico de Évora. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.13] DGPC – Casa Cordovil. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.14] DGPC – Casa Garcia de Resende. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.15] DGPC – Chafariz das Portas de Moura. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.16] DGPC – Colégio do Espírito Santo. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.17] DGPC – Convento e Igreja dos Loios. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.18] DGPC – Ermida da Nossa Senhora do Ó – Porta de Aviz. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.19] DGPC – Ermida de São Miguel. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.20] DGPC Igreja da Misericórdia. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.21] DGPC – Quartel dos Dragões. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/> [Consultado em agosto de 2019].
- [9.22] DGPC – Palácio da Inquisição. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/> [Consultado em agosto de 2019].
- [9.23] DGPC – Palácio dos Duques de Cadaval. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/> [Consultado em agosto de 2019].
- [9.24] DGPC – Palácio dos Condes de Basto. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/> [Consultado em agosto de 2019].
- [9.25] DGPC – Torres das Portas de Moura. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.26] DGPC – Templo Romano. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.27] DOMINGUES, Á. (2001). A paisagem revisitada. Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia, Vol. XXXVI

- [9.28] FIGUEIREDO, P. (2001). Ermida de São Miguel. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.29] GIEBELS, D. (2006). Muralhas e Fortificações de Évora / Sistema Fortificado de Évora. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.30] GIEBELS, D. (2006). Palácio da Inquisição. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.31] GORDALINA, R. (2005). Aqueduto da Água da Prata. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.32] GORDALINA, R. e VAL-FLORES, G. (2013). Catedral de Évora. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.33] LNEC - Sé Catedral de Évora. Disponível em <http://cathedral.lnec.pt/portugues/evora.html>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.34] ICOMOS. (2011). Orientações para a Avaliação de Impactes em Bens Culturais Património Mundial.
- [9.35] ICOMOS. (1986). World Heritage List- Historic Centre of Evora.
- [9.36] IPPAR. (2005). Relatório periódico da aplicação da Convenção do Património Mundial).
- [9.37] MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - Comissão Nacional da UNESCO. Centro Histórico de Évora. Disponível em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-evora>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.38] PALÁCIO CADAVAL. Disponível em <https://www.palaciocadaval.com/>. [Consultado em Agosto de 2019].
- [9.39] PDM ÉVORA. (2005). Estudos de Caracterização do Território. Anexo IV. Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho.
- [9.40] SANTOS, J. (2014). Colégio do Espírito Santo. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].

- [9.41] SANTOS, J. (2014). Convento de Santa Helena do Monte do Clavário. Disponível em: Monumentos - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA): <http://www.monumentos.pt/>. [Consultado em agosto de 2019].
- [9.42] UNESCO – Historic Centre of Évora. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/list/361>. [Consultado em Agosto de 2019].
- [9.43] UNESCO World Heritage Centre. (2015). Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.
- [9.44] UNESCO World Heritage Committee. (2014). Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. Thirty-eight session. Adoption of Retrospective Statements of Outstanding Universal Value - Draft Decision: 38 COM (WHC-14/38.COM/8E).
- [9.45] UNESCO World Heritage Committee. (2014). Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. Thirty-eight session. Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 38th session: 38 Com (WHC-14/38.COM/16).
- [9.46] UNESCO World Heritage Committee. (2011). Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana.
- [9.47] VISITEVORA. Convento de Santa Helena do Monte Calvário. Disponível em www.visitevora.net. [Consultado em Agosto de 2019].

9.2 Documentos legislativos

- [9.48] Lei nº 309/2009, de 23 de outubro
- [9.49] Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro
- [9.50] Decreto de 10 de Janeiro de 1907
- [9.51] Decreto de 16 de Junho de 1910
- [9.52] Decreto de 23 de Junho de 2010
- [9.53] Decreto nº 8 217 de 29 de junho de 1922
- [9.54] Decreto nº 8 218 de 29 de Junho de 1922
- [9.55] Decreto nº 8 252 de 10 de Julho de 1922
- [9.56] Decreto nº 11 445 de 13 de Fevereiro de 1924
- [9.57] Decreto nº 29 604 de 16 de Maio de 1939
- [9.58] Portaria n.º 330/2001 de 2 de Abril de 2001

ANEXO - FICHA DE INVENTÁRIO

FICHA DE INVENTÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO BEM PATRIMONIAL	
DESIGNAÇÃO ATUAL:	Centro Histórico de Évora
OUTRAS DESIGNAÇÕES:	Núcleo urbano da cidade de Évora / Centro Histórico de Évora / Núcleo intramuros de Évora
TIPOLOGIA DO BEM:	?
LOCALIZAÇÃO	
NUTS:	NUT II – Alentejo NUTS III – Alentejo Central
DISTRITO:	Évora
CONCELHO:	Évora
COORDENADAS:	38° 34' 0 N -7° 54' 0 W

— Limite Centro Histórico Classificado Património Mundial
 — Limite Zona Protecção do Centro Histórico Classificado Património Mundial
 — Muralha e Troços de Muralha

Projeção de Gauss-ellipsóide internacional - Datum de Lisboa
 Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura
CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA
 Área Classificada como Património Mundial e respectiva Zona de Protecção
 Câmara Municipal de Évora
 Agosto 2005
 EBC 1/5000

ELEMENTOS PATRIMONIAIS INSERIDOS NO CONJUNTO CLASSIFICADO INTER-RELACIONAMENTOS		
NOME	COORDENADAS	ÁREA (ha)
Centro histórico	38.57231567N -7.90728092W	100.35
Pequeno Aqueduto (2)	38.56935431N -7.90474892W	-
Regimento dos Dragões (4)	38.56795862N -7.9045558W	-
Aqueduto da Água da Prata (9)	38.57633029N -7.91333199W - 38.57273989N -7.910285W	-
Convento de Santa Helena do Monte Calvário (11)	38.57508881N -7.91410446W	-
Sé – Catedral de Évora (13)	38.57196295N -7.9063797W	-
Residência dos Cordovil (14)	38.57025183N -7.90509224W	-
Chafariz das Portas de Moura (15)	38.57039453N -7.90530682W	-
Colégio do Espírito Santo (16) e Seminário Maior de Évora	38.57307053N -7.90444851W	-
Templo Romano de Évora (17)	38.57264246N -7.90735602W	-
Igreja e Convento dos Loios (18)	38.57286908N -7.90702343W	-
Palácio da Inquisição (19)	38.57243254N -7.90758133W	-
Palácio dos Duques de Cadaval (20)	38.57320473N -7.90743113W	-
Palácio dos Condes de Basto (21) e Ermida de S.Miguel (26)	38.57272706N -7.90524244W	-
Capela de Nossa Senhora do Ó (24)	38.57661611N -7.9108429W	-
Convento de Nossa Senhora do Carmo (25)	38.56999159N -7.90527463W	-
Casa de Garcia de Resende (28)	38.57116639N -7.90614367W	-
Torre das Portas de Moura (29)	38.57089812N -7.90600419W	-
Muralha – Jardim de Diana (30)	38.57333105N -7.90794611W	-
Igreja da Misericórdia de Évora (31)	38.57066307N -7.90641189W	-

PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	
SITUAÇÃO ATUAL:	Classificado
CATEGORIA DE PROTEÇÃO:	Classificado como MN - Monumento Nacional Inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO
CRONOLOGIA:	- Inscrito na Lista do Património Mundial na 10.^a sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, em novembro de 1986 - Classificado como Monumento Nacional ao abrigo do art.º 15.º, n.º 7, da Lei n.º 107/2001, de 8-09-2001 - Zona de Proteção do Centro Histórico submetida à UNESCO em 2007 decorrente da aplicação do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001 - Classificado retrospectivamente como bem de Valor Universal Excecional - VUE (Decisão 38 COM 8E) em 2014
ZEP:	Zona de Proteção do Centro Histórico submetida à UNESCO em 2007 decorrente da aplicação do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001
CLASSIFICAÇÃO COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL	
NÚMERO DO BEM:	361
CRITÉRIO:	<i>Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention:</i> II: ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens - "Só a paisagem urbana de Évora permite compreender hoje em dia a influência exercida pela arquitetura portuguesa no Brasil e em sítios como Salvador da Bahia" IV: representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana -). "Évora é o melhor exemplo de cidade da idade de ouro portuguesa após o terramoto de Lisboa de 1755"

CARACTERIZAÇÃO	
BREVE DESCRIÇÃO:	<i>“Évora é a capital da província alentejana e uma das atracções turísticas do Sul. Apesar do crescimento acentuado da população, que levou à construção de novos bairros para o oeste, sul e leste, esta cidade museu manteve o seu encanto tradicional dentro da muralha tipo Vauban construída no século XVII, de acordo com os planos de Nicolas de Langres. A paisagem rural a norte permanece praticamente intocada.</i> <i>A cidade de Évora, foi moldada por quase vinte séculos de história, remontando as civilizações celtas. Durante o domínio romano foi denominada Liberalitas Julia e entre outras ruínas, ainda conserva os do Templo de Diana. Durante o período visigótico, a cidade cristã ocupou a área cercada pela muralha romana, que foi na altura transformada. Sob o domínio Árabe, que terminou em 1165, novas melhorias foram feitas no sistema defensivo original, representadas na entrada fortificada e nas ruínas da antiga Kasbah.</i> <i>Existem uma série de edifícios do período medieval, sendo o mais conhecido a Catedral, cuja construção se inicia em 1186 e é concluída nos séculos XIII e XIV. Mas é no século XV, quando os reis portugueses começaram a viver em Évora mais regularmente, que se inicia a sua época dourada. Naquela época, conventos e palácios reais despontam por todo o lado: o convento de Santa Clara, fundado em 1452, a Igreja real e convento de São Francisco, fundados em 1480, não muito longe do palácio real do mesmo nome, iniciado em 1470, o convento dos Loios e igreja de São João Evangelista, após 1485. Estes esplêndidos monumentos, edifícios construídos de raiz ou a partir de edificações já existentes, são caracterizados pelo estilo Manuelino que sobreviveu sobretudo nas grandes criações do século XVI: Palácio dos Condes de Basto, construído sobre o local do Alcazar e da Igreja dos cavaleiros de Calatrava, os conventos do Carmo e da Graça, Santo Antão, Santa Helena do Monte Calvário, etc.</i> <i>O século XVI foi dominado pelo planeamento urbano, representado pelo aqueduto Água da Prata, construído em 1537 por Francisco de Arruda, e as muitas fontes que ainda subsistem (sendo a da Praça do Geraldo a mais conhecida), marcando também o início de uma influência intelectual e religiosa. A Universidade do Espírito Santo, onde os jesuítas ensinavam desde 1553, desempenhou um papel no sul, comparável ao de Coimbra, no norte do Reino. Évora inicia um rápido declínio após a expulsão da Companhia de Jesus pelo ministro do reino, Marquês de Pombal, em 1759.</i> <i>Évora é também interessante por outras razões que não a sua monumentalidade, herança relacionada com eventos significativos da história e ordens reais. Este interesse também vai além das casas senhoriais do século XVI (casas de Cordovil e Garcia de Resende). De facto, a singularidade da cidade surge da coerência da arquitetura menor dos séculos XVI, XVII e XVIII, que encontra a sua expressão global nas casas caiadas de branco, cobertas com telhados de telha ou terraços, que demarcam ruas estreitas de configuração medieval no centro da cidade velha e que noutras áreas testemunha o crescimento concêntrico da cidade até o século XVII.</i> <i>Ferro forjado e decorações em azulejo, deslumbrantes em conventos e palácios e encantadores nos edifícios habitacionais, garantem a unidade fundamental de uma arquitetura perfeitamente adaptada ao clima local” (tradução do documento de candidatura à Lista do Património Mundial da Humanidade – ICOMOS,1986).</i>
ESTADO:	Bem conversado

AUTENTICIDADE:	<i>“Desde que as muralhas da cidade foram classificadas em 1920 e adotadas medidas de conservação de acordo com os princípios reconhecidos internacionalmente. Apesar das inevitáveis transformações do aglomerado urbano durante o século XX, a maioria dos edifícios manteve a sua autenticidade estrutural e a morfologia do miolo urbano foi preservada. A adaptação aos tempos modernos não prejudicou a autenticidade do ambiente urbano” (UNESCO - WHC-14/38.COM/8E).</i>
INTEGRIDADE:	<i>“Évora tem sido habitada desde o século 2 A.C. Durante a idade média, foi a residência real por longos períodos de tempo e ganhou prestígio no século XVI, quando foi elevado a uma cidade eclesiástica. Não obstante as significativas mudanças urbanas ocorridas ao passar dos séculos, Évora ainda presta testemunho de diferentes estilos estéticos. Apesar do acentuado crescimento populacional que levou à construção de novos bairros a oeste, sul e leste, o centro histórico de Évora manteve as suas características dentro da muralha estilo Vauban construída no século XVII.” (UNESCO - WHC-14/38.COM/8E).</i>
IMPORTÂNCIA:	Muito elevada

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA INTERFERÊNCIA NO CAMPO VISUAL DOS ATRIBUTOS DE VUE		
MAGNITUDE DO IMPACTE VISUAL DO PROJETO:	Fase de construção:	Nulo a reduzido
	Fase de funcionamento do Projeto:	Nulo a reduzido
SIGNIFICADO DO EFEITO DO PROJETO:	Fase de construção:	Neutro a ligeiro
	Fase de funcionamento do Projeto:	Neutro a ligeiro

Nota informativa:

A presente publicação é da exclusiva responsabilidade do autor. A União Europeia não se responsabiliza pela eventual utilização das informações nela contidas.